

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	9
DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	10
Demonstração do Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	18
DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	19
Demonstração do Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
Notas Explicativas	32

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	99
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	88.587
Preferenciais	0
Total	88.587
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	09/08/2011	Juros sobre Capital Próprio	31/01/2013	Ordinária		0,08995
Reunião do Conselho de Administração	17/12/2012	Juros sobre Capital Próprio	31/01/2013	Ordinária		0,02777
Reunião do Conselho de Administração	28/06/2013	Juros sobre Capital Próprio	31/07/2013	Ordinária		0,02287
Assembléia Geral Ordinária	30/04/2013	Dividendo	15/05/2013	Ordinária		0,23007

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	620.629	568.669
1.01	Ativo Circulante	429.018	422.829
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.488	6.771
1.01.02	Aplicações Financeiras	186.663	167.288
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	186.663	167.288
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	186.663	167.288
1.01.03	Contas a Receber	176.553	199.389
1.01.03.01	Clientes	176.553	199.389
1.01.04	Estoques	38.396	33.723
1.01.06	Tributos a Recuperar	14.127	9.252
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	14.127	9.252
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	8.791	6.406
1.01.08.03	Outros	8.791	6.406
1.02	Ativo Não Circulante	191.611	145.840
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	29.507	22.411
1.02.01.06	Tributos Diferidos	5.425	5.997
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.425	5.997
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	17.660	10.937
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	17.660	10.937
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	6.422	5.477
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	377	377
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	4.145	4.523
1.02.01.09.05	Outros Créditos	1.900	577
1.02.02	Investimentos	124.723	93.006
1.02.02.01	Participações Societárias	124.723	93.006
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	124.723	93.006
1.02.03	Imobilizado	20.673	20.729
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	20.673	20.729
1.02.04	Intangível	16.708	9.694
1.02.04.01	Intangíveis	16.708	9.694
1.02.04.01.02	Marcas e Patentes	2.642	2.629
1.02.04.01.03	Direitos de uso de Lojas	1.078	125
1.02.04.01.04	Direitos de uso de Sistemas	12.988	6.940

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	620.629	568.669
2.01	Passivo Circulante	107.410	83.949
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.611	11.247
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.419	1.645
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	9.192	9.602
2.01.02	Fornecedores	38.375	25.691
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	36.905	25.454
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	1.470	237
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.554	4.586
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.481	4.211
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	159	0
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Federais	5.322	4.211
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	64	363
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	9	12
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	40.748	31.313
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	40.748	31.313
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	5.708	4.256
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	35.040	27.057
2.01.05	Outras Obrigações	12.122	11.112
2.01.05.02	Outros	12.122	11.112
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	9.346	8.945
2.01.05.02.04	Outras	2.776	2.167
2.02	Passivo Não Circulante	41.330	30.821
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	25.590	23.222
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	25.590	23.222
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	25.590	23.222
2.02.04	Provisões	14.398	7.599
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.952	2.397
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.616	1.336
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.100	1.061
2.02.04.01.05	Provisões Tributárias	1.236	0
2.02.04.02	Outras Provisões	10.446	5.202
2.02.04.02.04	Provisão para Passivo a Descoberto	10.446	5.202
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	1.342	0
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	1.342	0
2.03	Patrimônio Líquido	471.889	453.899
2.03.01	Capital Social Realizado	156.000	106.857
2.03.02	Reservas de Capital	125.190	173.498
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	21.470	21.470
2.03.02.04	Opções Outorgadas	1.610	775
2.03.02.07	Emissão de Ações	102.110	151.253
2.03.04	Reservas de Lucros	153.162	173.544
2.03.04.01	Reserva Legal	13.027	13.027
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	137.452	137.452
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	2.683	2.683
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	20.382

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	37.537	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	209.454	389.884	174.383	316.982
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-131.911	-247.644	-108.515	-199.344
3.03	Resultado Bruto	77.543	142.240	65.868	117.638
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-41.930	-80.494	-36.052	-75.310
3.04.01	Despesas com Vendas	-23.151	-41.986	-20.879	-39.426
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-18.113	-35.438	-14.512	-26.420
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	904	1.459	59	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	-7.730
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.570	-4.529	-720	-1.734
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	35.613	61.746	29.816	42.328
3.06	Resultado Financeiro	2.532	5.933	2.370	5.524
3.06.01	Receitas Financeiras	7.020	11.792	5.251	10.460
3.06.01.01	Receita Financeira	4.691	8.976	4.597	9.417
3.06.01.02	Variações Cambiais Ativas	2.329	2.816	654	1.043
3.06.02	Despesas Financeiras	-4.488	-5.859	-2.881	-4.936
3.06.02.01	Despesa Financeira	-1.312	-2.683	-2.028	-3.580
3.06.02.02	Variações Cambiais Passivas	-3.176	-3.176	-853	-1.356
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	38.145	67.679	32.186	47.852
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-9.088	-19.256	-6.423	-11.237
3.08.01	Corrente	-8.216	-18.684	-4.823	-10.068
3.08.02	Diferido	-872	-572	-1.600	-1.169
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	29.057	48.423	25.763	36.615
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	29.057	48.423	25.763	36.615
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,32802	0,54663	0,29097	0,41353

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	29.057	48.423	25.763	36.615
4.03	Resultado Abrangente do Período	29.057	48.423	25.763	36.615

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	50.856	68.955
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	77.226	45.293
6.01.01.01	Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	67.679	47.852
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	2.320	1.541
6.01.01.03	Resultado na Venda de Ativos Permanentes	2.728	0
6.01.01.04	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.529	1.734
6.01.01.05	Provisão para Riscos Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	1.555	-508
6.01.01.06	Juros e Variação Cambial sobre Empréstimos e Financiamentos	2.986	814
6.01.01.07	Rendimento de Aplicação Financeira	-5.476	-6.604
6.01.01.08	Outros	-432	3
6.01.01.09	Complemento de provisão para perdas no estoque	502	354
6.01.01.10	Plano de opções de ações	835	107
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-9.008	34.725
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-7.735	36.076
6.01.02.02	Estoques	-5.176	-8.493
6.01.02.03	Variação de Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes	-3.706	1.882
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	-4.874	3.481
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	378	-331
6.01.02.07	Fornecedores	12.684	5.531
6.01.02.08	Obrigações Trabalhistas	-410	-597
6.01.02.09	Obrigações Fiscais e Sociais	-2.120	-2.262
6.01.02.10	Outras Obrigações	1.951	-562
6.01.03	Outros	-17.362	-11.063
6.01.03.01	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-17.362	-11.063
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-25.906	-65.313
6.02.01	Aquisições de Imobilizado e Intangível	-12.006	-10.329
6.02.02	Aplicações Financeiras	-168.280	-177.201
6.02.03	Resgate de Aplicações Financeiras	154.380	140.811
6.02.04	Integralização de Capital em Controladas	0	-18.594
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-27.233	-5.805
6.03.01	Captação de Empréstimos	25.207	26.175
6.03.02	Pagamento de Empréstimos	-16.390	-14.511
6.03.03	Créditos (Débitos) com Partes Relacionadas, Exceto Sócios	-6.723	-3.144
6.03.04	Juros sobre o Capital Próprio	-8.945	0
6.03.05	Distribuição de Lucros	-20.382	-14.325
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-2.283	-2.163
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6.771	6.265
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.488	4.102

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	106.857	173.498	173.544	0	0	453.899
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	106.857	173.498	173.544	0	0	453.899
5.04	Transações de Capital com os Sócios	49.143	-48.308	-20.382	-10.886	0	-30.433
5.04.01	Aumentos de Capital	49.143	-49.143	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	835	0	0	0	835
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-10.886	0	-10.886
5.04.10	Dividendos Propostos	0	0	-20.382	0	0	-20.382
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	48.423	0	48.423
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	48.423	0	48.423
5.07	Saldos Finais	156.000	125.190	153.162	37.537	0	471.889

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	40.917	237.723	105.407	0	0	384.047
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	40.917	237.723	105.407	0	0	384.047
5.04	Transações de Capital com os Sócios	65.000	-64.893	0	-11.322	0	-11.215
5.04.01	Aumentos de Capital	65.000	-65.000	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	107	0	0	0	107
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-11.322	0	-11.322
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	36.615	0	36.615
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	36.615	0	36.615
5.07	Saldos Finais	105.917	172.830	105.407	25.293	0	409.447

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
7.01	Receitas	467.289	386.907
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	466.857	398.313
7.01.02	Outras Receitas	0	-11.403
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	432	-3
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-353.546	-287.052
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-314.468	-253.135
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-37.647	-33.216
7.02.04	Outros	-1.431	-701
7.03	Valor Adicionado Bruto	113.743	99.855
7.04	Retenções	-2.320	-1.541
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.320	-1.541
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	111.423	98.314
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	9.206	996
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-4.529	-1.734
7.06.02	Receitas Financeiras	11.780	10.460
7.06.03	Outros	1.955	-7.730
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	120.629	99.310
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	120.629	99.310
7.08.01	Pessoal	28.616	23.580
7.08.01.01	Remuneração Direta	22.508	18.546
7.08.01.02	Benefícios	1.811	1.528
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.910	1.609
7.08.01.04	Outros	2.387	1.897
7.08.01.04.01	Participação dos Empregados no Lucro	1.443	1.623
7.08.01.04.02	Outros	109	167
7.08.01.04.03	Plano de opções de ações	835	107
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	35.766	32.325
7.08.02.01	Federais	39.830	27.833
7.08.02.02	Estaduais	-4.182	4.289
7.08.02.03	Municipais	118	203
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	7.824	6.790
7.08.03.01	Juros	1.280	938
7.08.03.02	Aluguéis	1.977	1.854
7.08.03.03	Outras	4.567	3.998
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	48.423	36.615
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	10.886	11.322
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	37.537	25.293

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	674.362	636.591
1.01	Ativo Circulante	537.059	513.562
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.515	11.518
1.01.02	Aplicações Financeiras	206.896	190.636
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	206.896	190.636
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	206.896	190.636
1.01.03	Contas a Receber	200.229	208.756
1.01.03.01	Clientes	200.229	208.756
1.01.04	Estoques	89.821	76.133
1.01.06	Tributos a Recuperar	18.460	14.280
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	18.460	14.280
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	14.138	12.239
1.01.08.03	Outros	14.138	12.239
1.02	Ativo Não Circulante	137.303	123.029
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	15.530	14.117
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	21	20
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	21	20
1.02.01.06	Tributos Diferidos	6.898	6.264
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6.898	6.264
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	8.611	7.833
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	377	377
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	6.334	6.879
1.02.01.09.05	Outros Créditos	1.900	577
1.02.03	Imobilizado	65.014	61.090
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	65.014	61.090
1.02.04	Intangível	56.759	47.822
1.02.04.01	Intangíveis	56.759	47.822
1.02.04.01.02	Marcas e Patentes	2.763	2.749
1.02.04.01.03	Direitos de uso de Lojas	40.670	37.715
1.02.04.01.04	Direitos de uso de Sistemas	13.326	7.358

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	674.362	636.591
2.01	Passivo Circulante	148.087	127.418
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	17.961	19.726
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.735	4.318
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	15.226	15.408
2.01.02	Fornecedores	43.556	35.507
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	42.086	33.984
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	1.470	1.523
2.01.03	Obrigações Fiscais	10.925	15.110
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	7.120	9.336
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	300	2.430
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Federais	6.820	6.906
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	3.786	5.729
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	19	45
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	60.763	42.843
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	60.763	42.843
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	14.592	5.512
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	46.171	37.331
2.01.05	Outras Obrigações	14.882	14.232
2.01.05.02	Outros	14.882	14.232
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	9.346	8.945
2.01.05.02.04	Outras	5.536	5.287
2.02	Passivo Não Circulante	54.386	55.274
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	47.099	51.241
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	47.099	51.241
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	47.099	51.241
2.02.02	Outras Obrigações	2.320	995
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	978	973
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	978	973
2.02.02.02	Outros	1.342	22
2.02.02.02.04	Adiantamentos de Terceiros	1.342	0
2.02.02.02.05	Outros	0	22
2.02.04	Provisões	4.967	3.038
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.967	3.038
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.246	1.950
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.124	1.088
2.02.04.01.05	Provisões Tributárias	1.597	0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	471.889	453.899
2.03.01	Capital Social Realizado	156.000	106.857
2.03.02	Reservas de Capital	125.190	173.498
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	21.470	21.470
2.03.02.04	Opções Outorgadas	1.610	775
2.03.02.07	Emissão de Ações	102.110	151.253
2.03.04	Reservas de Lucros	153.162	173.544
2.03.04.01	Reserva Legal	13.027	13.027
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	137.452	137.452

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	2.683	2.683
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	20.382
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	37.537	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	237.639	438.678	199.468	360.829
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-131.581	-243.187	-109.533	-203.721
3.03	Resultado Bruto	106.058	195.491	89.935	157.108
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-67.965	-131.347	-57.050	-110.972
3.04.01	Despesas com Vendas	-49.709	-95.008	-41.811	-76.818
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-19.149	-37.627	-15.042	-27.308
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	893	1.288	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-197	-6.846
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	38.093	64.144	32.885	46.136
3.06	Resultado Financeiro	666	2.706	810	3.195
3.06.01	Receitas Financeiras	6.953	12.330	5.300	10.674
3.06.01.01	Receita Financeira	5.125	9.815	4.735	9.608
3.06.01.02	Variações Cambiais Ativas	1.828	2.515	565	1.066
3.06.02	Despesas Financeiras	-6.287	-9.624	-4.490	-7.479
3.06.02.01	Despesa Financeira	-3.119	-6.456	-3.395	-5.864
3.06.02.02	Variações Cambiais Passivas	-3.168	-3.168	-1.095	-1.615
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	38.759	66.850	33.695	49.331
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-9.702	-18.427	-7.932	-12.716
3.08.01	Corrente	-8.593	-19.061	-6.164	-11.409
3.08.02	Diferido	-1.109	634	-1.768	-1.307
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	29.057	48.423	25.763	36.615
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	29.057	48.423	25.763	36.615
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	29.057	48.423	25.763	36.615
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,32802	0,54663	0,29097	0,41353

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	29.057	48.423	25.763	36.615
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	29.057	48.423	25.763	36.615
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	29.057	48.423	25.763	36.615

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	46.873	60.089
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	75.756	46.850
6.01.01.01	Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	66.850	49.331
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	4.970	3.166
6.01.01.03	Resultado na Venda de Ativos Permanentes	2.338	695
6.01.01.05	Provisão para Riscos Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	1.929	-1.120
6.01.01.06	Juros e Variação Cambial sobre Empréstimos e Financiamentos	5.067	814
6.01.01.07	Rendimento de Aplicação Financeira	-6.165	-6.604
6.01.01.08	Outros	-570	107
6.01.01.09	Complemento de provisão para perdas no estoque	502	354
6.01.01.10	Plano de opções de ações	835	107
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-11.285	24.891
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	9.097	28.795
6.01.02.02	Estoques	-14.190	-8.687
6.01.02.03	Variação de Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes	-3.223	-65
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	-4.179	2.796
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	545	-641
6.01.02.07	Fornecedores	8.049	6.042
6.01.02.08	Obrigações Trabalhistas	-181	1.269
6.01.02.09	Obrigações Fiscais e Sociais	-8.771	-4.347
6.01.02.10	Outras Obrigações	1.568	-271
6.01.03	Outros	-17.598	-11.652
6.01.03.01	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-17.598	-11.652
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-30.266	-68.207
6.02.01	Aquisições de Imobilizado e Intangível	-20.169	-31.799
6.02.02	Aplicações Financeiras	-168.455	-177.201
6.02.03	Resgate de Aplicações Financeiras	158.358	140.793
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-20.610	-2.611
6.03.01	Captação de Empréstimos	25.207	26.175
6.03.02	Pagamento de Empréstimos	-16.495	-14.531
6.03.04	Juros sobre o Capital Próprio	-8.945	0
6.03.05	Distribuição de Lucros	-20.382	-14.325
6.03.06	Créditos (Débitos) com Sócios	5	70
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-4.003	-10.729
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	11.518	15.528
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	7.515	4.799

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	106.857	173.498	173.544	0	0	453.899	0	453.899
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	106.857	173.498	173.544	0	0	453.899	0	453.899
5.04	Transações de Capital com os Sócios	49.143	-48.308	-20.382	-10.886	0	-30.433	0	-30.433
5.04.01	Aumentos de Capital	49.143	-49.143	0	0	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	835	0	0	0	835	0	835
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-10.886	0	-10.886	0	-10.886
5.04.10	Dividendos Propostos	0	0	-20.382	0	0	-20.382	0	-20.382
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	48.423	0	48.423	0	48.423
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	48.423	0	48.423	0	48.423
5.07	Saldos Finais	156.000	125.190	153.162	37.537	0	471.889	0	471.889

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	40.917	237.723	105.407	0	0	384.047	0	384.047
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	40.917	237.723	105.407	0	0	384.047	0	384.047
5.04	Transações de Capital com os Sócios	65.000	-64.893	0	-11.322	0	-11.215	0	-11.215
5.04.01	Aumentos de Capital	65.000	-65.000	0	0	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	107	0	0	0	107	0	107
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-11.322	0	-11.322	0	-11.322
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	36.615	0	36.615	0	36.615
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	36.615	0	36.615	0	36.615
5.07	Saldos Finais	105.917	172.830	105.407	25.293	0	409.447	0	409.447

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/06/2012
7.01	Receitas	538.923	448.585
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	538.353	467.555
7.01.02	Outras Receitas	0	-18.863
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	570	-107
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-354.411	-290.155
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-283.129	-231.127
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-68.594	-55.384
7.02.04	Outros	-2.688	-3.644
7.03	Valor Adicionado Bruto	184.512	158.430
7.04	Retenções	-4.970	-3.166
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.970	-3.166
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	179.542	155.264
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	14.110	3.828
7.06.02	Receitas Financeiras	12.326	10.674
7.06.03	Outros	1.784	-6.846
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	193.652	159.092
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	193.652	159.092
7.08.01	Pessoal	51.981	44.088
7.08.01.01	Remuneração Direta	39.781	34.310
7.08.01.02	Benefícios	4.747	4.215
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.536	2.987
7.08.01.04	Outros	3.917	2.576
7.08.01.04.01	Participação dos Empregados no Lucro	1.440	1.696
7.08.01.04.02	Outros	1.642	773
7.08.01.04.03	Plano de opções de ações	835	107
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	67.342	59.652
7.08.02.01	Federais	50.750	39.151
7.08.02.02	Estaduais	16.117	20.060
7.08.02.03	Municipais	475	441
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	25.906	18.737
7.08.03.01	Juros	2.507	946
7.08.03.02	Aluguéis	16.286	11.258
7.08.03.03	Outras	7.113	6.533
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	48.423	36.615
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	10.886	11.322
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	37.537	25.293

Comentário do Desempenho

2. Visão geral da Companhia

**AREZZO
&CO**

Sobre a Arezzo&Co

Arezzo&Co é líder no setor de calçados, bolsas e acessórios femininos no Brasil. Acumulando 40 anos de história, comercializa atualmente mais de 9 milhões de pares de calçados por ano, além de bolsas e acessórios. Possui quatro importantes marcas - Arezzo, Schutz, Anacapri e Alexandre Birman.

Sua linhas de produtos destacam-se pela constante inovação, design, conforto e excelente relação custo-benefício.

A estratégia multicanal permite ao grupo ter grande capilaridade em sua distribuição por meio de Lojas Próprias, Franquias, Multimarcas e Web Commerce, estando presente em todos os estados do país. Internacionalmente, os produtos das marcas são comercializados também em Franquias, Lojas Próprias, Multimarcas e Lojas de Departamento. A Companhia encerrou 2T13, presente em 361 franquias, 56 lojas próprias e presente em 2.425 lojas multimarcas.

AREZZO

Fundada em 1972 pelos irmãos Anderson e Jefferson Birman, a marca, além de ocupar a primeira citação de lembrança (top of mind) dos consumidores no setor de calçados femininos brasileiro, é uma das marcas preferidas neste segmento e mais consumidas no Brasil. A marca possui um posicionamento trendy, reunindo conceito, alta qualidade, design contemporâneo e satisfação do consumidor. É referência no lançamento de tendências no Brasil e está sempre presente nos editoriais das mais prestigiadas revistas, jornais e sites do país, como referência fast fashion em calçados, bolsas e acessórios femininos.

SCHUTZ

A marca Schutz investe significativamente em pesquisas de tendências, desenvolvimento de material e tecnologia para a criação do seu portfólio. Sua missão é oferecer ao seu público um conceito de produtos conectados ao design, qualidade, moda e liberdade de expressão.

O resultado são coleções desenvolvidas para refletir o espírito da mulher jovem contemporânea que causa efeito, que é irreverente e tem estilo próprio. Convida a ousar, a buscar o diferente, a desafiar o que é consenso.

Alexandre Birman

A marca Alexandre Birman é uma referência entre as marcas brasileiras de calçados femininos dividindo espaço com os maiores nomes da moda em cadeias renomadas de varejo em diversas regiões do mundo, tais como: América do Norte, Europa e Ásia.

A marca é demarcada pelo conceito de exclusividade e sofisticação, tem grande reconhecimento no exterior e conferiu a Alexandre Birman o prêmio Vivian Infantino Emerging Talent Award, como o talento na criação de sapatos do ano de 2009 (prêmio é reconhecido como o Oscar da Indústria Internacional de sapatos).

ANACAPRI

Fundada em novembro de 2008, com o nome da cidade de Anacapri, a marca vem continuamente consolidando sua comunicação e distribuição de forma exitosa no mercado brasileiro. Seu conceito busca valorizar o conforto com a oferta de sapatos em diversos tipos de materiais e cores a um preço mais acessível, apresentando um conceito mais casual de sapatos sem salto e destinados a um público pop.

Comentário do Desempenho

Resumo do Resultado	2T12	2T13	Cresc. ou spread (%)	1S12	1S13	Cresc. ou spread (%)
Receita Líquida	199.468	237.639	19,1%	360.829	438.678	21,6%
Lucro Bruto	89.935	106.058	17,9%	157.108	195.491	24,4%
<i>Margem bruta</i>	45,1%	44,6%	-0,5 p.p.	43,5%	44,6%	1,1 p.p.
EBITDA¹	34.634	40.478	16,9%	49.302	69.114	40,2%
<i>Margem EBITDA</i>	17,4%	17,0%	-0,4 p.p.	13,7%	15,8%	2,1 p.p.
Lucro líquido	25.763	29.057	12,8%	36.615	48.423	32,2%
<i>Margem líquida</i>	12,9%	12,2%	-0,7 p.p.	10,1%	11,0%	0,9 p.p.

Indicadores Operacionais	2T12	2T13	Cresc. ou spread (%)	1S12	1S13	Cresc. ou spread (%)
Número de pares vendidos ('000)	1.907	2.297	20,5%	3.620	4.407	21,7%
Número de bolsas vendidas ('000)	125	128	2,4%	230	269	17,0%
Número de funcionários	2.041	2.014	-1,3%	2.041	2.014	-1,3%
Número de lojas*	359	417	58	359	417	58
<i>Próprias</i>	50	56	6	50	56	6
<i>Franquias</i>	309	361	52	309	361	52
Outsourcing (% da produção total)	85,3%	89,8%	4,5 p.p.	85,7%	89,9%	4,2 p.p.
SSS² sell in (franquias)	14,5%	5,5%	-9,0 p.p.	10,4%	6,7%	-3,7 p.p.
SSS² sell out (lojas próprias + franquias)	n/a	1,2%	n/a	n/a	3,7%	n/a

*Incluem lojas no exterior

1- EBITDA = Lucro antes do resultado financeiro, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, Depreciação e Amortização. O EBITDA não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representando o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem um significado padronizado e a definição da Companhia de EBITDA pode não ser comparável ao EBITDA ajustado de outras companhias. Ainda que o EBITDA não forneça, de acordo com as práticas contábeis utilizadas no Brasil, uma medida do fluxo de caixa operacional, a Administração o utiliza para mensurar o desempenho operacional. Adicionalmente, a Companhia entende que determinados investidores e analistas financeiros utilizam o EBITDA como indicador do desempenho operacional de uma Companhia e/ou de seu fluxo de caixa.

2- SSS (Vendas nas mesmas lojas): As lojas são incluídas nas vendas de lojas comparáveis a partir do 13º mês de operação. Variações em vendas de lojas comparáveis entre os dois períodos são baseadas nas vendas líquidas de devoluções para as vendas do sell out, e em vendas brutas para sell in de franquias que estavam em operação durante ambos os períodos comparados. Se uma loja estiver incluída no cálculo de vendas de lojas comparáveis por apenas uma parte de um dos dois períodos comparados, então essa loja será incluída no cálculo da parcela correspondente do outro período. Quando metros quadrados são acrescentados ou reduzidos a uma loja que é incluída nas vendas de lojas comparáveis, a loja é excluída nas vendas de lojas comparáveis. Quando a operação de uma loja é descontinuada, as vendas dessa loja são excluídas do cálculo das vendas de lojas comparáveis para os períodos comparados. Considera-se que quando um operador franqueado abre um depósito, sua venda será incluída nas vendas de lojas comparáveis do sell in se as franquias do operador estiverem em operação durante ambos os períodos que estão sendo comparados. O chamado SSS de Franquias – Sell In, refere-se à comparação de vendas da Arezzo&Co junto a cada Loja Franqueada em operação há mais de 12 meses, servindo como um indicador mais preciso para monitoramento da receita do grupo. Já o SSS de sell out é baseado na performance de vendas dos pontos de vendas, o que no caso da Arezzo&Co demonstra melhor o comportamento das vendas de Lojas Próprias e vendas de sell out de Franquias. Os números de sell out de Franquias representam a melhor estimativa calculada com base em informações fornecidas por terceiros.

Comentário do Desempenho

Receita Bruta	2T12	Part%	2T13	Part%	Cresc. %	1S12	Part%	1S13	Part%	Cresc. %
Receita bruta total	258.725		305.456		18,1%	467.555		562.907		20,4%
Mercado externo	9.697	3,7%	11.574	3,8%	19,4%	17.242	3,7%	27.489	4,9%	59,4%
Mercado interno	249.028	96,3%	293.882	96,2%	18,0%	450.313	96,3%	535.418	95,1%	18,9%
Por marca										
<i>Arezzo</i>	155.333	62,4%	171.547	58,4%	10,4%	285.559	63,4%	322.266	60,2%	12,9%
<i>Schutz</i>	81.927	32,9%	110.601	37,6%	35,0%	144.993	32,2%	189.577	35,4%	30,7%
<i>Outras marcas¹</i>	11.768	4,7%	11.734	4,0%	-0,3%	19.761	4,4%	23.575	4,4%	19,3%
Por canal										
<i>Franquias</i>	111.792	44,9%	134.491	45,8%	20,3%	209.345	46,5%	251.395	47,0%	20,1%
<i>Multimarcas</i>	74.030	29,7%	87.608	29,8%	18,3%	129.755	28,8%	147.575	27,6%	13,7%
<i>Lojas próprias²</i>	60.216	24,2%	69.839	23,8%	16,0%	104.690	23,2%	131.251	24,5%	25,4%
<i>Outros³</i>	2.990	1,2%	1.944	0,7%	-35,0%	6.523	1,4%	5.197	1,0%	-20,3%

(1) Incluem-se as marcas Anacapri e Alexandre Birman apenas no mercado interno.

(2) Lojas Próprias: inclui o canal de vendas Web Commerce.

(3) Inclui receitas do mercado interno que não são específicas dos canais de distribuição.

Marcas

A Arezzo&Co tem em sua plataforma 4 importantes marcas: Arezzo, Schutz, Anacapri e Alexandre Birman, distribuídas através de uma rede de Lojas Próprias, Franquias, Multimarcas e Web Commerce, presente em todos os estados do país. Os produtos também são comercializados internacionalmente através de diversos canais: Lojas Próprias, Franquias, Multimarcas e Lojas de Departamento.

Seguindo o calendário de coleções da Companhia, o segundo trimestre concentra a maior parte das vendas da coleção de inverno. Este período é marcado por duas das principais datas de vendas do ano: o Dia das Mães, em maio, e o Dia dos Namorados, em junho.

A marca Arezzo alcançou R\$171,5 milhões em receita bruta no 2T13, crescimento de 10,4% em relação ao 2T12, representando 58,4% do total das vendas domésticas. Dando prosseguimento ao Projeto GTM Arezzo, a dinâmica de sell in foi renovada, com melhor distribuição das coleções ao longo da estação e frequência de entrega dos produtos de acordo com seus ciclos de vida. O novo calendário de sell in tem como objetivo maior agilidade para incorporar tendências e informações do sell out, garantindo constantes novidades nas lojas, assertividade nas coleções e redução no *lead time* da cadeia de suprimentos.

A marca Schutz mostrou crescimento de 35,0% no 2T13 em comparação com o 2T12, atingindo receita bruta de R\$110,6 milhões, ou 37,6% das vendas no mercado interno. Devido à estratégia da marca de se tornar referência também em bolsas de alta qualidade no país, a participação de bolsas na receita em lojas próprias da marca passou de 5% no 2T12 para 9% no 2T13. Esse desempenho foi resultado de uma melhor segmentação dos produtos da marca junto às consumidoras, focando em produtos de maior valor percebido e relação custo-benefício mais atrativa.

A marca Anacapri continuou crescendo no trimestre, e seguindo a estratégia de encontrar um modelo arquitetônico que valorize sua identidade e estilo, foi inaugurada uma loja no Shopping Eldorado em São Paulo com o novo layout, dando um importante passo para a expansão da marca. Os primeiros resultados foram positivos, sendo a loja bastante replicável com 29m² de área de vendas, e seu design moderno e prático proporciona maior visibilidade à marca.

A marca Alexandre Birman tem conquistado cada vez mais o seu espaço no mercado internacional. Devido a seu estilo e design únicos, no 2T13 a marca se tornou a única marca brasileira que possui um representante no Conselho de Designers de Moda da América, que possui entre seus integrantes os principais nomes da moda mundial.

Comentário do Desempenho

Canais

Monomarcas - Franquias e Lojas Próprias

Com a abertura de 17 lojas, a Companhia encerrou o período com 417 lojas monomarca no Brasil e no exterior, sendo no Brasil 341 da marca Arezzo, 56 da marca Schutz, 9 da marca Anacapri e 2 da marca Alexandre Birman.

O crescimento da receita das lojas monomarca, representadas por franquias e lojas próprias, foi de 18,8% no 2T13 ante o 2T12, devido principalmente à expansão da área de vendas em 21,1% nos últimos doze meses. O canal Franquias apresentou crescimento de 20,3% no trimestre, representando 45,8% das vendas domésticas no 2T13, impulsionado pela abertura de 52 franquias nos últimos doze meses, sendo 29 lojas da marca Arezzo e 23 da marca Schutz. Além disso, 10 franquias da marca Arezzo foram expandidas nos últimos 12 meses, adicionando 208,1m² à área de vendas do canal. As Lojas Monomarcas representaram 69,5% das vendas domésticas do 2T13.

As vendas de sell in, ou seja, aquelas feitas pela Arezzo&Co aos seus franqueados, tiveram uma expansão nas mesmas franquias (SSS – Franquias) de 5,5% no 2T13 quando comparado ao 2T12, devido ao aumento do volume de sapatos e bolsas.

A área de vendas do canal de Lojas Próprias cresceu 14,4% no trimestre quando comparado ao mesmo período do ano anterior, em parte devido à abertura líquida de 5 lojas e expansão de 3 lojas próprias nos últimos 12 meses, adicionando 115,7m² à área de vendas do canal.

As vendas nas mesmas lojas sell out (Lojas Próprias + Franquias) apresentaram crescimento de 1,2% no 2T13 quando comparado ao 2T12. Vale destacar que no 2T12 foi lançada a linha de sapatos *sneaker* com grande repercussão, afetando a base de comparação visto que representaram 7,6% das vendas de calçados para a rede durante aquele período. Adicionalmente, grande parte das lojas da marca Schutz analisadas pelo indicador foram abertas nos últimos 15 meses e devido ao "efeito novidade" que ocorre em razão de fortes estratégias de comunicação e eventos de inaugurações de lojas, o 2T13 foi negativamente impactado.

Histórico de lojas	2T12	3T12	4T12	1T13	2T13
Área de venda^{1,3} - Total (m²)	23.112	24.531	26.543	26.659	27.996
Área de venda - franquias (m ²)	18.005	19.125	20.646	20.731	22.154
Área de venda - lojas próprias ² (m ²)	5.107	5.406	5.897	5.928	5.842
Total de lojas no Brasil	351	368	390	391	408
Número de franquias	301	316	334	335	353
Arezzo	295	300	311	312	324
Schutz	6	16	23	23	29
Número de lojas próprias	50	52	56	56	55
Arezzo	19	19	19	19	17
Schutz	22	24	27	27	27
Alexandre Birman	1	2	2	2	2
Anacapri	8	7	8	8	9
Total de lojas no Exterior	8	9	9	9	9
Número de franquias	8	8	8	8	8
Número de lojas próprias	0	1	1	1	1

1. Inclui metragens das 9 lojas no exterior

2. Inclui 5 lojas do tipo Outlets cuja área total é de 1.227 m²

3. Inclui metragens de lojas ampliadas

Multimarcas

No 2T13, o faturamento do canal Multimarcas cresceu 18,3% ante o mesmo período do ano anterior, devido ao maior foco no canal na marca Arezzo e à maior concentração no trimestre do calendário de entregas da coleção de inverno da marca Schutz.

Em virtude do aumento de capilaridade em todo o Brasil, as 4 marcas do grupo passaram a ser distribuídas através de 2.425 lojas, crescimento de 9,0% ante 2T12, e estão presentes em 1.161 cidades.

Comentário do Desempenho

Principais indicadores financeiros	2T12	2T13	Cresc. ou spread (%)	1S12	1S13	Cresc. ou spread (%)
Receita Líquida	199.468	237.639	19,1%	360.829	438.678	21,6%
CMV	(109.533)	(131.581)	20,1%	(203.721)	(243.187)	19,4%
Lucro bruto	89.935	106.058	17,9%	157.108	195.491	24,4%
<i>Margem bruta</i>	45,1%	44,6%	-0,5 p.p.	43,5%	44,6%	1,1 p.p.
SG&A	(57.050)	(67.965)	19,1%	(110.972)	(131.347)	18,4%
<i>%Receita</i>	28,6%	28,6%	0,0 p.p.	30,8%	29,9%	-0,9 p.p.
Despesa comercial	(40.895)	(48.582)	18,8%	(75.152)	(92.445)	23,0%
Lojas próprias	(18.543)	(22.020)	18,8%	(34.042)	(44.357)	30,3%
Venda, logística e suprimentos	(22.352)	(26.562)	18,8%	(41.110)	(48.088)	17,0%
Despesas gerais e administrativas	(14.209)	(17.891)	25,9%	(25.808)	(35.220)	36,5%
Outras (despesas) e receitas¹	(197)	893	n/a	(6.846)	1.288	n/a
Depreciação e amortização	(1.749)	(2.385)	36,4%	(3.166)	(4.970)	57,0%
EBITDA	34.634	40.478	16,9%	49.302	69.114	40,2%
<i>Margem EBITDA</i>	17,4%	17,0%	-0,4 p.p.	13,7%	15,8%	2,1 p.p.
Lucro líquido	25.763	29.057	12,8%	36.615	48.423	32,2%
<i>Margem líquida</i>	12,9%	12,2%	-0,7 p.p.	10,1%	11,0%	0,9 p.p.
Capital de giro² - % da receita	21,8%	26,1%	4,3 p.p.	21,8%	26,1%	4,3 p.p.
Capital empregado³ - % da receita	29,4%	33,9%	4,5 p.p.	29,4%	33,9%	4,5 p.p.
Dívida total	51.117	107.862	111,0%	51.117	107.862	111,0%
Dívida líquida ⁴	(154.702)	(106.549)	n/a	(154.702)	(106.549)	n/a
Dívida líquida/EBITDA	-1,3 X	-0,7 X	n/a	-1,3 X	-0,7 X	n/a

1 – Inclui despesa não-recorrente no 1T12 dentro de Outras Despesas e Receitas Operacionais: Arezzo&Co rescindiu contrato com a Star Export Assessoria e Exportação Ltda. (“Star”), que prestava serviços de assistência e assessoramento técnico para o agenciamento e fiscalização das fábricas e atelieres independentes contratados para confecção de produtos. No âmbito da rescisão, efetuou-se pagamento de R\$ 8 milhões e impôs à Star um acordo de não-competição de 5 anos. Nesta mesma data, foi celebrado contrato com outra empresa, de igual capacitação técnica, com a mesma natureza de serviço e com condições comerciais diferenciadas para reduzir despesas, mantendo a mesma qualidade de serviços.

2 - Capital de Giro: Ativo Circulante menos Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras subtraído do Passivo Circulante menos Empréstimos e Financiamentos e Dividendos a pagar.

3 - Capital Empregado: Capital de Giro somado Ativo Permanente e Outros Ativos de Longo Prazo descontando Imposto de renda e contribuição social diferido.

4 - Dívida Líquida é equivalente à posição total de endividamento oneroso ao final de um período subtraída da posição de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo.

Receita Líquida

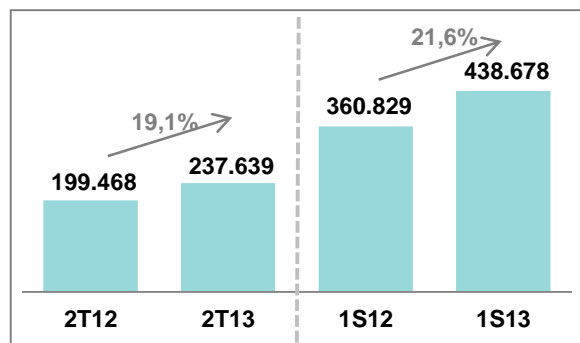
A receita líquida da Companhia atingiu R\$238 milhões neste trimestre, crescimento de 19% em relação ao 2T12. Dentre os principais fatores deste crescimento destacam-se:

i) Expansão de 21,1% da área de vendas ante o 2T12, com crescimento de 14,4% da área de Lojas Próprias e de 23,0% de Franquias;

ii) Crescimento do indicador de same store sales (conceito de vendas nas mesmas lojas) do *sell in* em 5,5% e 1,2% no *sell out*;

iii) Crescimento em todos os canais, com destaque para o crescimento de 18,3% no canal Multimarcas.

iv) Apesar da alteração do mix de canais, a receita líquida foi afetada positivamente em R\$3,4 milhões por uma redução temporária da alíquota de ICMS no trimestre.



Comentário do Desempenho

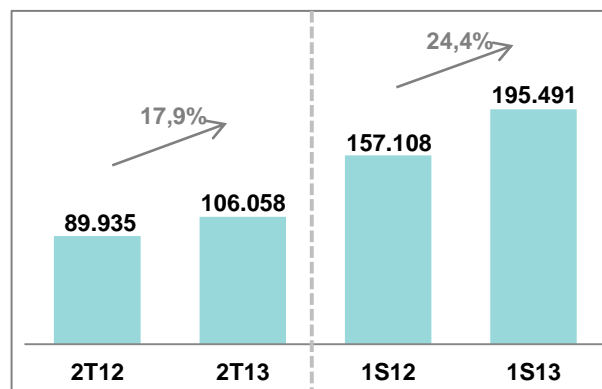
Lucro bruto

O lucro bruto do 2T13 cresceu 17,9% na comparação com o 2T12, totalizando R\$106,1 milhões e margem bruta de 44,6%.

O crescimento do lucro bruto no 2T13 reflete, em especial, o aumento da receita em 19,1%.

A queda de 0,5 p.p. na margem bruta reflete a menor participação de Lojas Próprias (canal de maior margem) no mix dos canais de vendas

A Companhia segue uma estratégia de manter as margens estáveis por canal, sendo que o canal de Lojas Próprias é o que está sujeito à maior variação.



SG&A

Despesas Comerciais

As Despesas Comerciais da Companhia poderiam ser divididas em dois principais grupos:

- i) Despesas de Lojas Próprias:
 - Abrangem apenas as despesas das lojas próprias, sell out.
- ii) Despesas de Venda, Logística e Suprimentos:
 - Compreendem despesas da operação de sell in e de sell out.

No 2T13 houve uma expansão de 18,8% das Despesas Comerciais quando comparada ao 2T12, alcançando R\$48,6 milhões neste trimestre ante R\$40,9 milhões no mesmo período do ano anterior. As despesas de venda, logística e suprimentos somaram R\$26,6 milhões no período, alta de 18,8% ante o mesmo trimestre do ano anterior. Parte deste aumento refere-se a maiores despesas com consultoria no valor de R\$1,0 milhão, principalmente para o Projeto GTM Arezzo, totalizando R\$2,2 milhões no 2T13, e também a contínuos investimentos para suportar o maior volume de vendas da operação da marca Schutz nos Estados Unidos.

As despesas com lojas próprias totalizaram R\$22,0 milhões, alta de 18,8% na comparação com o 2T12. O crescimento se deve em parte a maiores despesas de marketing para promover as lojas próprias e fortalecer as marcas. Além disso, esse aumento também é devido a despesas adicionais no valor de R\$900 mil relacionadas ao crescimento de tráfego e receita do canal de web commerce.

Despesas Gerais e Administrativas

No 2T13, as despesas gerais e administrativas somaram R\$17,9 milhões ante R\$14,2 milhões no mesmo trimestre do ano anterior, aumento de 25,9%, sendo parte desse crescimento relacionado a despesas com maior produção de amostras para oferecer novidades nas lojas com mais frequência. Adicionalmente, em linha com o divulgado nos trimestres anteriores, em virtude da organização da nova sede e da inclusão do departamento de amostras sob a gestão do departamento de P&D, houve uma realocação de R\$1,3 milhões em despesas com a produção de amostras da linha de Custo para Despesas Gerais e Administrativas quando comparado com o 2T12.

Outras (despesas) e receitas

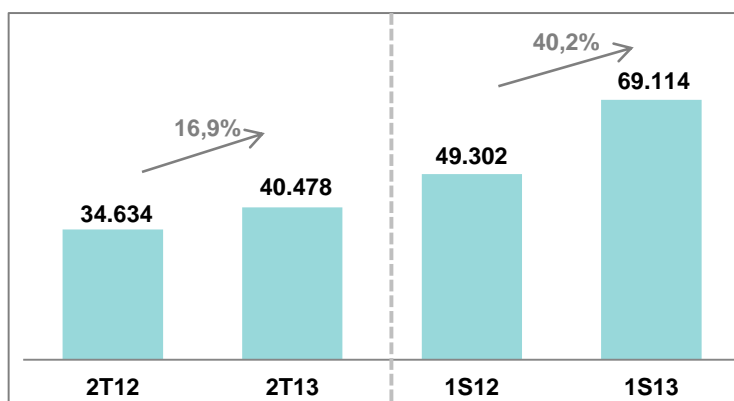
No 2T13, a Companhia somou uma receita de R\$893 mil na linha de Outras Receitas Operacionais, em comparação com uma despesa de R\$197 mil em 2012. A variação se deve principalmente às taxas relacionadas ao maior número de abertura de franquias durante o período no valor de R\$1,2 milhões.

Comentário do Desempenho

EBITDA e margem EBITDA

O EBITDA da Companhia cresceu 16,9% no 2T13 ante o 2T12, totalizando R\$40,5 milhões. A margem EBITDA do 2T13 foi de 17,0% ante 17,4% do 2T12. Os principais fatores que levaram ao crescimento do EBITDA neste trimestre foram:

- i) Aumento da receita líquida em 19,1%;
- ii) Crescimento do lucro bruto em 17,9%;
- iii) Manutenção das despesas operacionais como percentual da receita em 28,6%.



Excluindo o efeito não recorrente do 1T12, o EBITDA do 1S13 teria um crescimento de 20,6% em relação ao 1S12.

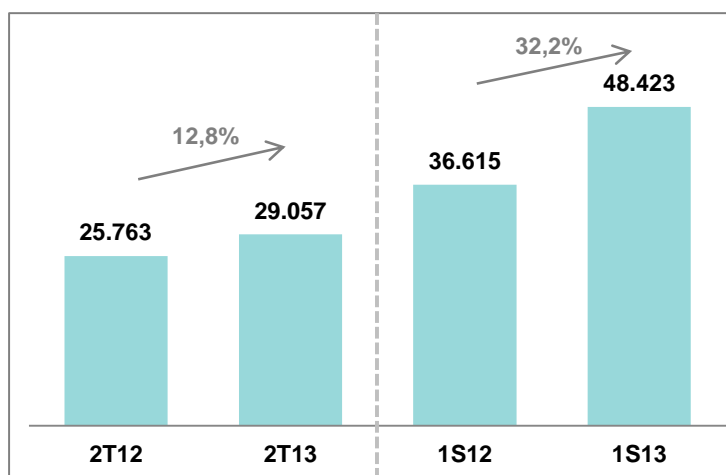
Reconciliação do EBITDA	2T12	2T13	1S12	1S13
Lucro líquido	25.763	29.057	36.615	48.423
(-) Imposto de renda e contribuição social	(7.932)	(9.702)	(12.716)	(18.427)
(-) Resultado financeiro	810	666	3.195	2.706
(-) Depreciação e amortização	(1.749)	(2.385)	(3.166)	(4.970)
(=) EBITDA	34.634	40.478	49.302	69.114

Lucro líquido e margem líquida (%)

A Companhia manteve uma boa conversão de EBITDA com margem de 17,0% no 2T13 para lucro líquido com margem de 12,2% no 2T13, reflexo do reduzido emprego de capital em ativo imobilizado, e consequentemente, da baixa depreciação.

O lucro líquido do 2T13 somou R\$29,1 milhões ante R\$25,8 milhões no 2T12, um aumento de 12,8% na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior.

Devido ao maior capex durante os últimos 12 meses, a depreciação teve um aumento de 36,4% no 2T13 em comparação com o 2T12. O imposto de renda e contribuição social cresceu em relação ao 2T12 refletindo o maior lucro operacional e a maior taxa de IR e CSLL no período.



Excluindo o efeito não recorrente do 1T12, o lucro líquido no 1S13 teria um crescimento de 15,6% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Comentário do Desempenho

Geração de caixa operacional

A Arezzo&Co gerou R\$12,4 milhões de caixa operacional no 2T13, devido principalmente ao maior lucro operacional atrelado à maior necessidade de capital de giro no período, refletindo uma relativa antecipação no ciclo de caixa da Companhia.

Geração de caixa operacional	2T12	2T13	Variação	1S12	1S13	Variação
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	33.695	38.759	15,0%	49.331	66.850	35,5%
Depreciações e amortizações	1.749	2.385	36,4%	3.166	4.970	57,0%
Outros	(1.518)	4.754	n/a	(5.647)	3.936	n/a
Decréscimo (acréscimo) de ativos/passivos circulantes	15.616	(19.522)	n/a	24.891	(11.285)	n/a
Contas a receber de clientes	22.801	11.471	-49,7%	28.795	9.097	-68,4%
Estoques	(108)	(2.716)	2414,8%	(8.687)	(14.190)	63,3%
Fornecedores	(12.798)	(25.464)	99,0%	6.042	8.049	33,2%
Varição de outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	5.721	(2.813)	n/a	(1.259)	(14.241)	1031,1%
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(11.652)	(13.935)	19,6%	(11.652)	(17.598)	51,0%
Disponibilidades líq. geradas pelas ativ. operacionais	37.890	12.441	-67,2%	60.089	46.873	-22,0%

Investimentos - Capex

Os investimentos da Companhia têm 3 naturezas: 1) investimento em expansão ou reformas de pontos de venda próprios; 2) investimentos corporativos que incluem TI, instalações, showrooms e escritório; e 3) outros investimentos, que são principalmente relacionados à modernização da operação industrial.

O Capex total no 2T13 diminuiu em 38,2% se comparado ao 2T12, principalmente devido ao menor investimento em lojas próprias. No 2T13, a Companhia inaugurou a nova loja da Anacapri, além de reformar 4 lojas e ampliar a loja da Schutz no Shopping Ibirapuera.

Sumário de investimentos	2T12	2T13	Var. (%)	1S12	1S13	Var. (%)
Capex total	14.462	8.942	-38,2%	31.799	20.169	-36,6%
Lojas - expansão e reforma	7.415	4.151	-44,0%	20.993	6.539	-68,9%
Corporativo	6.775	3.974	-41,3%	10.328	12.006	16,2%
Outros	272	817	200,4%	478	1.624	239,7%

Comentário do Desempenho

Posição de caixa e endividamento

A Companhia encerrou o 2T13 com R\$ 106,5 milhões de caixa líquido. A política de endividamento se manteve conservadora, apresentando como principais características:

- Endividamento total de R\$ 107,9 milhões no 2T13 ante R\$ 51,1 milhões no 2T12;
- Endividamento de Longo Prazo de 43,7% da dívida total no 2T13, ante 50,0% no 2T12;
- O custo médio ponderado da dívida total da Companhia no 2T13 se mantém em níveis reduzidos.

Posição de caixa e endividamento	2T12	1T13	2T13
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	205.819	213.306	214.411
Dívida total	51.117	87.880	107.862
Curto prazo	25.548	41.226	60.763
% dívida total	50,0%	46,9%	56,3%
Longo prazo	25.569	46.654	47.099
% dívida total	50,0%	53,1%	43,7%
Dívida líquida	(154.702)	(125.426)	(106.549)

ROIC (Retorno sobre o Capital Investido)

Em linha com o direcionamento estratégico da Companhia, os níveis de investimento em Capital Empregado no 2T13 estão superiores aos do ano anterior, especialmente devido à abertura de lojas próprias ocorridas durante 2012. O Retorno sobre o Capital Investido (ROIC) foi de 32,7% no 2T13.

Resultado operacional	2T11	2T12	2T13	Cresc. (%)
EBIT (UDM)	100.857	112.623	146.213	29,8%
+ IR e CS (UDM)	(26.889)	(33.656)	(42.341)	25,8%
NOPAT	73.968	78.967	103.872	31,5%
Capital de giro ¹	130.740	163.354	244.670	49,8%
Ativo permanente	41.332	89.372	121.773	36,3%
Outros ativos de longo prazo ²	8.353	7.430	8.632	16,2%
Capital empregado	180.425	260.156	375.075	44,2%
Média do capital empregado³		220.291	317.616	44,2%
ROIC⁴		35,8%	32,7%	

1 - Capital de Giro: Ativo Circulante menos Caixa, Equivalente de Caixa e Aplicações Financeiras subtraído do Passivo Circulante menos Empréstimos e Financiamentos e Dividendos a pagar.

2 - Descontados do IR e Contribuição Social diferidos.

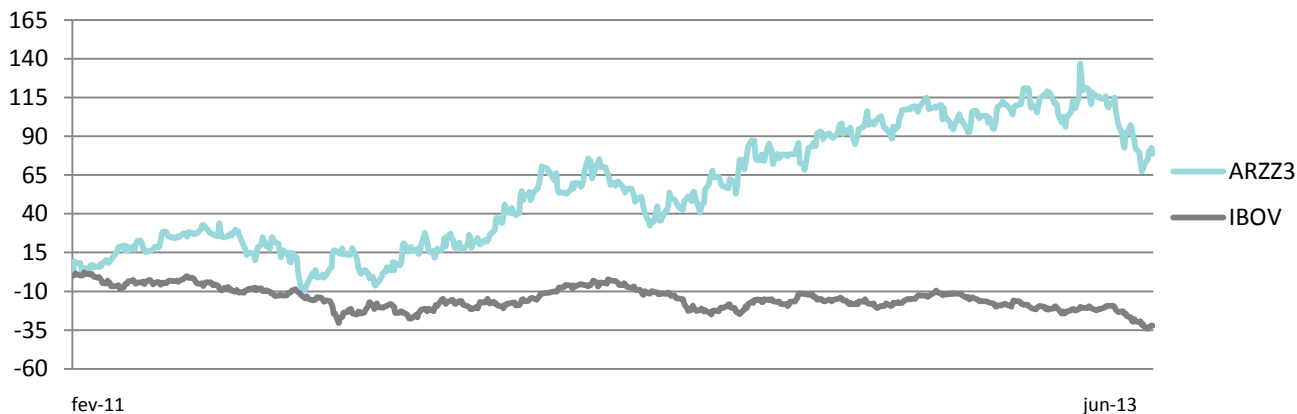
3 - Média de capital empregado no período e no mesmo período do ano anterior.

4 - ROIC: NOPAT dos últimos 12 meses dividido pelo capital empregado médio

Comentário do Desempenho

5. Mercado de capitais e Governança Corporativa

Em 30 de junho de 2013, a capitalização de mercado da Companhia era de R\$3,0 bilhões (cotação R\$ 33,95) alta de 15% quando comparado ao mesmo período de 2012.



Arezzo&Co	
Ações emitidas	88.587.469
Ticker	ARZZ3
Início de negócios	02/02/2011
Cotação (03/07/2013)	33,95
Market Cap	3.007.544.573
Desempenho	
2011 ¹	20%
2012 ²	73%
2013 ³	16%

(1) Período de 02/02/2011 até 29/12/2011

(2) Período de 29/12/2011 até 28/12/2012

(3) Período de 28/12/2012 até 30/06/2013

A fim de garantir maior previsibilidade e transparência, a Companhia possui uma política de distribuição semestral de proventos aos seus acionistas.

Pagamentos projetados ³:

Data de referência	Data de pagamento	Proventos	R\$	Valor bruto por ação ordinária (R\$)
09/08/2011	31/01/2013	JCP	7.968.816,90	0,09
17/12/2012	31/01/2013	JCP	2.460.341,53	0,03
28/06/2013	31/07/2013	JCP	2.026.837,53	0,02
30/04/2013	15/05/2013	Dividendo	20.381.904,31	0,23

(3) Sujeitos à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, exceto para os acionistas comprovadamente isentos ou imunes, ou acionistas domiciliados em países ou jurisdições para os quais a legislação estabeleça alíquota diversa.

Também se estabelece que a Companhia deve distribuir proventos, inclusive Juros Sobre Capital, Dividendos entre outros, equivalentes a pelo menos 25% do Lucro Líquido do exercício aos acionistas. Para mais informações sobre a política de proventos da Arezzo&Co, favor consultar: www.arezco.com.br.

Comentário do Desempenho

6. Auditores Independentes

Os trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras da Arezzo&Co relativos ao período encerrado em 30 de junho de 2013 foram realizados pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. A política da Companhia para contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos seus auditores independentes visa assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

7. Relações com Investidores – RI

Acionistas, analistas, e o mercado em geral têm a sua disposição informações atualizadas sobre a Companhia disponíveis no website de RI, www.arezzoco.com.br, e nas páginas da CVM, www.cvm.gov.br, e BM&FBOVESPA, www.bmfbovespa.com.br.

Para mais informações, o contato direto com o Departamento de RI pode ser feito por meio do e-mail ri@arezzoco.com.br ou por telefone: (11) 2132-4300.

8. Declaração da Diretoria

Nos termos da Instrução CVM Nº 480/09, os diretores da Arezzo Indústria e Comércio S.A declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras do período encerrado em 30 de junho de 2013 e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

Aviso importante

Informações contidas neste documento podem incluir considerações futuras e refletem a percepção atual e perspectivas da diretoria sobre a evolução do ambiente macroeconômico, condições da indústria, desempenho da Companhia e resultados financeiros. Quaisquer declarações, expectativas, capacidades, planos e conjecturas contidos neste documento, que não descrevam fatos históricos, tais como informações a respeito da declaração de pagamento de dividendos, a direção futura das operações, a implementação de estratégias operacionais e financeiras relevantes, o programa de investimento, e os fatores ou tendências que afetem a condição financeira, liquidez ou resultados das operações, são considerações futuras de significado previsto no “U.S. Private SecuritiesLitigationReformAct” de 1995 e contemplam diversos riscos e incertezas. Não há garantias de que tais resultados venham a ocorrer. As declarações são baseadas em diversos fatores e expectativas, incluindo condições econômicas e mercadológicas, competitividade da indústria e fatores operacionais. Quaisquer mudanças em tais expectativas e fatores podem implicar que o resultado real seja materialmente diferente das expectativas correntes.

As informações financeiras consolidadas da Companhia aqui apresentadas estão de acordo com os critérios do padrão contábil internacional - IFRS, emitido pelo International Accounting Standards Board - IASB, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Notas Explicativas

1. Informações sobre a Companhia

A Arezzo Indústria e Comércio S.A. (a “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede localizada à Rua Fernandes Tourinho, 147 – salas 1301 e 1303 na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, tendo suas ações negociadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob o código ARZZ3 desde 02 de fevereiro de 2011.

A Companhia tem por objeto, juntamente com as suas controladas, a fabricação, o desenvolvimento, a modelagem e o comércio de calçados, bolsas, acessórios e vestuário para o mercado feminino.

Em 30 de junho de 2013, a Companhia contava com 353 franquias no Brasil e 8 no exterior; 55 lojas próprias distribuídas pelo Brasil e uma loja própria no exterior; e um canal “web commerce” destinado à vendas de produtos da marca Schutz e Ana Capri. O sistema de franquias é controlado pela própria Companhia e as lojas próprias fazem parte das controladas.

O setor de calçados, devido a suas características, pode apresentar oscilações em termos de volume de venda ao longo do exercício, sendo esperado um volume maior no segundo semestre de cada ano. As operações da Companhia, no julgamento de sua Administração, não são impactadas por estes efeitos de tal forma que requeiram divulgações ou informações adicionais às notas explicativas.

As controladas da Companhia, incluídas nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas são as seguintes:

ZZAB Comércio de Calçados Ltda. (“ZZAB”)

A ZZAB tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas e cintos, possuindo lojas ativas nas cidades de São Paulo, Brasília, Porto Alegre, Belo Horizonte e Curitiba. Em 02 de janeiro de 2012, a ZZAB incorporou a ZZARIO Comércio de Calçados Ltda. e a ZZCAPRI Comércio de Calçados Ltda.

ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda. (“ZZSAP”)

A ZZSAP tem por objeto a fabricação e comercialização de sapatos, bolsas e cintos de couro, componentes para calçados, artigos de vestuário, acessórios de moda, bem como a importação e exportação desses produtos.

Arezzo & Co. International (“Arezzo Int.”)

A Arezzo Int., anteriormente denominada Schutz International Corporation, registrada em Miami, Estados Unidos, tem por objeto a comercialização de calçados e intermediação de negócios. A Arezzo Int. foi incorporada pela ARZZ LLC em 17 de agosto de 2012.

Notas Explicativas

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

ARZZ International Inc. ("ARZZ Inc.")

A ARZZ Inc. foi criada em 01 de agosto de 2012 e registrada em Delaware, Estados Unidos, tem por objeto a comercialização de calçados e intermediação de negócios. A ARZZ Inc. tem participação direta nas empresas ARZZ LLC e Schutz 655 LLC.

ARZZ LLC

A ARZZ LLC foi criada em 01 de agosto de 2012 e registrada em Delaware, Estados Unidos, tem por objeto a comercialização de calçados e intermediação de negócios. Em 17 de Agosto de 2012, a ARZZ LLC incorporou a Arezzo & Co. International ("Arezzo Int.").

Schutz 655 LLC

A Schutz 655 LLC foi criada em 01 de agosto de 2012 e registrada em Delaware, Estados Unidos, tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas e cintos.

ZZARIO Comércio de Calçados Ltda. ("ZZARIO")

A ZZARIO, criada em setembro de 2008, tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas e cintos. A ZZARIO foi incorporada pela ZZAB em 02 de janeiro de 2012.

ZZCAPRI Comércio de Calçados Ltda. ("ZZCAPRI")

A ZZCAPRI, criada em novembro de 2008, tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas e cintos. A ZZCAPRI foi incorporada pela ZZAB em 02 de janeiro de 2012.

ZZAF Indústria e Comércio de Calçados Ltda. ("ZZAF")

A ZZAF, criada em novembro de 2008, tem por objeto a comercialização de sapatos, bolsas e cintos de couro, componentes para calçados, artigos de vestuário, acessórios de moda, bem como importação e exportação desses produtos. A ZZAF foi incorporada pela Arezzo em 01 de fevereiro de 2012.

Notas Explicativas

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

Shoes For U Comércio de Calçados e Acessórios Ltda. ("Shoes For U")

Adquirida em 21 de julho de 2008, a Shoes For U tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas, cintos e acessórios. Desde 28 de maio de 2010 as operações da Shoes For U estavam paralisadas, tendo sido incorporada pela Arezzo em 01 de fevereiro de 2012.

Reestruturação societária

Em 02 de janeiro de 2012, a controlada ZZAB Comércio de Calçados Ltda. incorporou as empresas ZZARIO Comércio de Calçados Ltda. e ZZCAPRI Comércio de Calçados Ltda., também controladas da Companhia, conforme Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação aprovado em 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de janeiro de 2012, a Companhia aprovou a incorporação das suas controladas Allmaness Calçados Ltda., Shoes For U Comércio de Calçados e Acessórios Ltda., Schutz Shoes Design Comércio de Calçados Ltda. e ZZAF Indústria e Comércio de Calçados Ltda.

A Arezzo & Co International foi incorporada pela ARZZ LLC em 17 de agosto de 2012.

Estas incorporações tiveram como propósito a racionalização das atividades administrativas. Foram realizadas a valores de livros, não afetam as atividades operacionais da Companhia e não causaram efeito às demonstrações financeiras intermediárias da Companhia.

Notas Explicativas

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

Reestruturação societária--Continuação

Os patrimônios líquidos da ZZAF, Allmaness, Shoes for U e Schutz Shoes foram avaliados em 31 de janeiro de 2012, com base no valor contábil, conforme Laudo de Avaliação Contábil para Fins de Incorporação, emitido por empresa independente especializada. O acervo líquido contábil incorporado está apresentado como segue:

	Shoes For U	Allmaness	Schutz Shoes	ZZAF	Total
Ativo circulante					
Caixa e bancos	-	3	-	45	48
Aplicações financeiras	-	125	-	-	125
Contas a receber	-	-	-	577	577
Estoques	-	-	-	3.343	3.343
Impostos a recuperar	-	21	-	602	623
Outros valores a receber	28	-	1	67	96
Total do ativo circulante	28	149	1	4.634	4.812
Ativo não circulante					
Partes relacionadas	122	-	-	-	122
Outros valores a receber	-	-	15	-	15
	122	-	15	-	137
Imobilizado líquido	-	17	575	139	731
Intangível	-	-	2	5	7
Total do ativo não circulante	122	17	592	144	875
Total dos ativos incorporados	150	166	593	4.778	5.687
	Shoes For U	Allmaness	Schutz Shoes	ZZAF	Total
Passivo circulante					
Fornecedores	146	-	-	100	246
Obrigações fiscais e sociais	2	-	3	21	26
Obrigações trabalhistas	-	-	-	348	348
Outras contas a pagar	-	-	-	40	40
Total do passivo circulante	148	-	3	509	660
Passivo não circulante					
Partes relacionadas	1	-	1	505	507
Provisões para riscos	-	-	82	22	104
Total do passivo não circulante	1	-	83	527	611
Total dos passivos assumidos	149	-	86	1.036	1.271
Acervo líquido incorporado	1	166	507	3.742	4.416

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2013 e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e estão de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária.

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2013 também estão de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e estão de acordo com o IAS 34 – Interim Financial Reporting.

Na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias, a Companhia seguiu as mesmas políticas contábeis e métodos de cálculo tais como foram aplicados nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2012, sendo que a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 30 de junho de 2013.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A elaboração das demonstrações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia (“Administração”) no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras intermediárias devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano.

As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras intermediárias, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2013 foram autorizadas em reunião de diretoria realizada em 22 de julho de 2013.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2 Bases de consolidação

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Controladas	Participação total - %			
	30/06/2013		31/12/2012	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	99,99	-	99,99	-
ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	99,99	-	99,99	-
ARZZ International INC.	100,00	-	100,00	-
ARZZ LLC	-	100,00	-	100,00
Schutz 655 LLC	-	100,00	-	100,00

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis uniformes em todas as empresas consolidadas. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O resultado do período é atribuído integralmente aos acionistas controladores uma vez que a participação dos não controladores representa 0,0001% do consolidado.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3 Moeda funcional

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Controladora. Cada controlada da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real na data do fechamento.

2.4 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças estão sendo registradas na demonstração do resultado.

2.5 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou como principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre no momento de sua entrega.

Receita de royalties

A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5 Reconhecimento de receita--Continuação

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

2.7 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes representam os valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e estão apresentadas a valores de custo amortizado, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras intermediárias. Caso o prazo de recebimento seja equivalente a um ano ou menos, são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.8 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

Matérias primas - custo de aquisição segundo o custo médio.

Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.9 Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18, para fins de demonstrações financeiras intermediárias da Controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da Controladora como equivalência patrimonial, representando o resultado líquido atribuível aos acionistas da Controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras intermediárias da Controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da Controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da Controladora.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou formação. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 14 e leva em consideração a vida útil econômica estimada dos bens, conforme segue:

	<u>Vida útil média</u>
Prédios	25 anos
Instalações e showroom	10 anos
Maquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Durante o período, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e conseqüentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.11 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por direitos de uso de softwares, marcas e patentes e direitos de uso de lojas.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11 Intangível--Continuação

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Os gastos com pesquisa são registrados como despesa quando incorridos.

2.12 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.12 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.13 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2013 não transacionou operações de longo prazo (e tão pouco relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas.

2.14 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14 Provisões--Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência e/ou obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.15 Tributação

Impostos sobre vendas

Receitas e despesas são reconhecidas líquidas dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15 Tributação--Continuação

Impostos sobre vendas--Continuação

As receitas de vendas e serviços da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7,00% a 19,00%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS – Programa de Integração Social	1,65%
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social (*)(**)	1,00%
State Sales Tax	0% a 8,875%

(*) Conforme Lei 12.546 relativa a desoneração da folha de pagamento, este imposto incide sobre as receitas da controlada ZZSAP.

(**) No período de abril e maio de 2013, o INSS da controlada ZZAB foi apurado de acordo com a Medida Provisória nº 601/2012 que alterou a Lei 12.546 relativo a desoneração da folha de pagamento das empresas de Varejo, que veio a perder seus efeitos em 03/06/2013.

Na demonstração do resultado, as vendas são apresentadas líquidas destes tributos.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

No Brasil, principal país em que a Companhia opera, a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Dessa forma, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15 Tributação--Continuação

Imposto de renda e contribuição social – correntes--Continuação

O imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15 Tributação--Continuação

Impostos diferidos--Continuação

- sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias seja revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.16 Outros benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de opções de ações. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

2.17 Lucro por ação

A Companhia efetua o cálculo do lucro básico por ação utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias totais em circulação durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O lucro diluído por ação também é calculado por meio da referida média de ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

2.18 Demonstrações dos fluxos de caixa e Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 R2 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC / IASB.

A demonstração do valor adicionado (DVA) não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o período, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.19 Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e empréstimos e recebíveis.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, empréstimos e financiamentos e ativos financeiros disponíveis para venda.

Os ativos e passivos financeiros da Companhia foram classificados nas seguintes categorias:

Ativos e Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem instrumentos financeiros mantidos para negociação e ativos e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.19 Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.20 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza Non-Deliverable Forward (NDF) e Adiantamentos de Contratos de Câmbio (“ACCs”) como principais instrumentos financeiros para proteção contra riscos relacionados a volatilidade das taxas de câmbio em decorrência das vendas de mercadorias para o mercado externo.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.20 Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Estes instrumentos financeiros são contratados estabelecendo o montante dos recursos em dólares a ser liberado em data futura a uma taxa pré-fixada. No período compreendido entre a contratação do instrumento e a efetiva disponibilização dos recursos, a Companhia reconhece o valor de mercado destes instrumentos. Tais operações, embora sejam instrumentos contratados com finalidade de proteção, não estão registradas na forma de "hedge accounting" e, portanto, os seus efeitos estão registrados no resultado do exercício, nas rubricas de receitas ou despesas financeiras.

2.21 Informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e na comercialização de calçados femininos, bolsas e acessórios a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os produtos da Companhia estão representados por quatro marcas (Arezzo, Schutz, Alexandre Birman e Anacapri), e embora sejam comercializados através de diferentes canais de distribuição (lojas próprias, franquias, lojas multimarcas e e-commerce) não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

2.22 Arrendamentos mercantis

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e reduzidos de passivos de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxas de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

Notas Explicativas

2. Políticas contábeis--Continuação

2.23 Pagamento baseado em ações

A Companhia instituiu em 25 de maio de 2012 Plano de Opções de Compra de Ações (“Plano de Opções”) para administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle, que está sob a administração do Conselho de Administração. O detalhamento do programa da Companhia se encontra na Nota 33.

O custo de transações com funcionários liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um método de valorização apropriado.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período é registrado em “despesas de pessoal” e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele período.

2.24 Assistência governamental

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Notas Explicativas

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras intermediárias. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Notas Explicativas

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

A taxa efetiva do período destas demonstrações financeiras intermediárias é calculada com base na melhor estimativa da alíquota média efetiva ponderada anual, esperada para o final do exercício de 2013, não sendo esperadas variações significativas.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações a serem liquidadas com ações baseada no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados e premissas mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e taxa de juros livre de risco. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 33.

Notas Explicativas

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para todas as causas cuja probabilidade de perda seja estimada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras intermediárias devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

4. Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 30 de junho de 2013

a) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não efetivas na data destas demonstrações financeiras intermediárias estão descritas abaixo. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar as normas e interpretações, se aplicável, quando as mesmas se tornarem efetivas.

IAS 32 *Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - Revisões da IAS 32*

Essas alterações esclarecem o significado da expressão “atualmente tem um direito legalmente exigível de compensar”. As alterações também esclarecem a aplicação dos critérios de compensação da IAS 32 para sistemas de liquidação (como, por exemplo, sistemas de central de compensação), que aplicam mecanismos de liquidação pelo valor bruto que não são simultâneos. Não se espera que essas alterações causem impacto sobre a posição financeira e desempenho da Companhia e se aplicam a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2014.

Notas Explicativas

4. Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 30 de junho de 2013--Continuação

IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração

A IFRS 9, conforme emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB sobre a substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros, conforme definido na IAS 39. A norma inicialmente se aplicava a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, contudo as *Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures* (Alterações da IFRS 9 Data de Vigor Obrigatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição), emitidas em dezembro de 2011, alteraram a data de aplicação para 1º de janeiro de 2015. Em fases subsequentes, o IASB abordará contabilidade de hedge e perda de valor recuperável de ativos financeiros. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
Disponibilidades	4.488	6.771	7.515	11.518
	4.488	6.771	7.515	11.518

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

6. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
Circulante				
Renda fixa (a)	186.663	167.288	206.896	190.636
Não circulante				
Fundo de capitalização	-	-	21	20
Total das aplicações financeiras	186.663	167.288	206.917	190.656

(a) Incluem certificados de depósitos bancários (CDB) e investimentos em títulos e valores mobiliários.

Notas Explicativas

6. Aplicações financeiras--Continuação

Em 30 de junho de 2013, a remuneração média dos investimentos do fundo e aplicações é de 101,7% do CDI. Os ativos são compostos em 19% por Letras Financeiras do Tesouro – LFT e 88% dos ativos possuem liquidez diária.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha (assim compreendido as 10 maiores instituições do país) e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia não possui aplicações dadas em garantia junto a instituições financeiras.

7. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
Duplicatas – clientes nacionais	125.463	133.303	127.974	136.372
Duplicatas – clientes estrangeiros	29.036	20.146	35.042	25.135
Duplicatas – partes relacionadas (Nota 12.a)	22.043	43.616	-	-
Cheques	4	20	198	412
Cartões de crédito	10	2.738	37.049	47.441
	176.556	199.823	200.263	209.360
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3)	(434)	(34)	(604)
	176.553	199.389	200.229	208.756

As políticas de vendas para os clientes estão subordinadas às políticas de crédito fixadas pela Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Destaca-se que os clientes de varejo têm suas operações preponderantemente representadas nas contas de “cartões de créditos” e as operações decorrentes de representações comerciais e distribuidores (franquias), que possuem relacionamento estruturado com a Companhia, estão representadas pela conta de “duplicatas – clientes nacionais”.

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
Saldo no início do período	(434)	(431)	(604)	(456)
Adições	-	(4)	-	(164)
Recuperações/ realizações	431	1	570	16
Saldo no final do período	(3)	(434)	(34)	(604)

Notas Explicativas

7. Contas a receber--Continuação

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
A vencer	173.337	195.831	197.044	205.368
Vencido até 30 dias	1.167	2.414	1.167	2.414
Vencido de 31 a 60 dias	1.363	909	1.363	909
Vencido de 61 a 90 dias	103	78	103	78
Vencido de 91 a 180 dias	560	44	560	44
Vencido de 181 a 360 dias	21	106	21	106
Vencido há mais de 360 dias	5	441	5	441
	176.556	199.823	200.263	209.360

Do total das contas a receber, R\$ 200 (R\$ 1.600 em 31 de dezembro de 2012) estão dados em garantia de cartas fianças contratadas junto a instituições financeiras.

8. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
Matéria prima	8.872	9.272	14.338	14.983
Produtos em elaboração	-	-	6.383	3.899
Produtos acabados	25.614	19.993	64.598	51.523
Adiantamentos a fornecedores	4.873	4.919	5.465	6.189
(-) Provisão para perdas	(963)	(461)	(963)	(461)
	38.396	33.723	89.821	76.133

As matérias primas destinam-se ao desenvolvimento de novos produtos e coleções. Os produtos em elaboração referem-se substancialmente aos calçados que se encontram em fase de fabricação na controlada ZZSAP. Os produtos acabados são compostos, principalmente, de calçados e bolsas para formação de estoques estratégicos para reposição imediata aos clientes e para venda nas lojas próprias.

Notas Explicativas

8. Estoques--Continuação

Periodicamente são efetuadas varreduras de produtos obsoletos, sendo estes incinerados e a perda reconhecida contabilmente. A movimentação da provisão para perdas está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
Saldo no início do período	(461)	(4)	(461)	(4)
Adições	(502)	(882)	(502)	(882)
Recuperações/ realizações	-	425	-	425
Saldo no final do período	(963)	(461)	(963)	(461)

9. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
ICMS a recuperar	5.581	922	6.364	2.338
Antecipação de IRPJ	6.309	6.104	7.100	6.895
Antecipação de CSLL	2.167	2.094	2.508	2.435
Outros	447	509	2.865	2.989
	14.504	9.629	18.837	14.657
Circulante	14.127	9.252	18.460	14.280
Não circulante	377	377	377	377

Notas Explicativas**10. Outros créditos**

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
Despesas antecipadas	170	115	772	297
Adiantamentos a empregados	10	532	203	1.006
Adiantamentos a fornecedores	1.293	755	3.179	2.627
Adiantamentos de viagens	1.184	923	1.199	929
Adiantamento ao fundo de propaganda	4.131	2.825	4.131	2.825
Créditos junto a franqueados	3.900	1.818	6.490	4.983
Outros créditos a realizar	3	15	64	149
	10.691	6.983	16.038	12.816
Circulante	8.791	6.406	14.138	12.239
Não circulante	1.900	577	1.900	577

Adiantamento ao fundo de propaganda

Para a propaganda e promoção nacional da rede de franquias da Companhia (“Rede de Franquias Arezzo” e “Rede de Franquias Schutz”), o franqueado compromete-se a destinar um percentual do valor bruto das suas compras a um fundo de propaganda nacional, denominado “Fundo Cooperativo de Propaganda e Promoção da Rede Arezzo” e “Fundo Cooperativo de Propaganda e Promoção da Rede Schutz”. Os valores correspondentes a este percentual são depositados mensalmente pelos franqueados e destinados ao desenvolvimento de estratégias de marketing e publicidade, incluindo propaganda e promoções exercidas em benefício da divulgação da Rede de Franquias Arezzo e Rede de Franquias Schutz, bem como para custeio de fornecedores de criação e desenvolvimento de campanhas, além de qualquer outra atividade relacionada à propaganda e promoção em nível nacional. Os valores arrecadados são administrados pela franqueadora e a prestação de contas da destinação dos valores é realizada anualmente. Durante o exercício, a Companhia efetua antecipações para honrar com a totalidade dos compromissos do fundo de propaganda.

Notas Explicativas

11. Imposto de renda e contribuição social

a) Impostos diferidos

O imposto de renda pessoa jurídica (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”) diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, sobre a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos, passivos e valores contábeis das demonstrações financeiras intermediárias. As alíquotas definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
Créditos tributários - resultantes de incorporação (i)	13.934	13.935	13.934	13.935
(-) Amortização fiscal	(13.934)	(12.774)	(13.934)	(12.774)
Créditos tributários - resultantes de incorporação (ii)	7.535	7.535	7.535	7.535
(-) Amortização fiscal	(5.274)	(4.521)	(5.274)	(4.521)
Imposto de renda e contribuição social diferidos resultante de incorporação	2.261	4.175	2.261	4.175
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias (iii)	3.164	1.822	4.637	2.089
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	5.425	5.997	6.898	6.264

(i) O ágio, justificado pela expectativa de rentabilidade futura, é decorrente do aumento de capital que a BRICS Participações S.A. (BRICS) efetuou na Companhia a valor de mercado determinado por peritos independentes, o qual subsequentemente foi incorporado pela Companhia por meio da operação de incorporação reversa, líquido da provisão retificadora do ágio prevista pela Instrução CVM nº 319/99 que, em essência, representa o benefício fiscal decorrente da dedutibilidade do referido ágio. O acervo líquido incorporado será amortizado contabilmente e fiscalmente em um prazo estimado de cinco anos e teve como contrapartida uma reserva especial de ágio a ser transferida para a conta de capital em favor dos acionistas quando da realização total do benefício fiscal.

Notas Explicativas

11. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

a) Impostos diferidos--Continuação

(ii) O ágio, justificado pela expectativa de rentabilidade futura, é decorrente de incorporação pela Companhia de acervo oriundo de cisão da FIGEAC Holdings S.A. ("FIGEAC"), líquido da provisão prevista pela Instrução CVM nº 319/99 que, em essência, representa o benefício fiscal decorrente da dedutibilidade do referido ágio. O acervo líquido incorporado será amortizado contabilmente e fiscalmente em um prazo estimado de cinco anos e teve como contra partida uma reserva especial de ágio a ser transferida para a conta de capital em favor dos acionistas quando da realização total do benefício fiscal.

(iii) Crédito tributário diferido decorrente de diferenças temporárias dedutíveis, principalmente sobre provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis.

A seguir demonstramos a reconciliação do ativo fiscal diferido:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
Saldo de abertura	5.997	9.534	6.264	10.012
Imposto diferido reconhecido no resultado	(572)	(3.537)	634	(3.748)
Saldo Final	5.425	5.997	6.898	6.264

Os estudos e projeções efetuados pela Administração da Companhia indicam geração de resultados positivos futuros, em montante que possibilita a compensação futura dos créditos tributários nos próximos anos.

Com base nas projeções de resultados tributáveis futuros, a estimativa de recuperação do saldo ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos (Controladora e Consolidado) encontra-se demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
	30/06/2013	30/06/2013
2013	2.472	2.838
2014	1.062	1.554
2015	1.815	2.307
2016	76	199
Total	5.425	6.898

Notas Explicativas**11. Imposto de renda e contribuição social--Continuação****b) Reconciliação entre a despesa de IRPJ e CSLL pela alíquota nominal e pela efetiva**

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	67.679	47.852	66.850	49.331
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(23.011)	(16.270)	(22.729)	(16.773)
IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízos não constituídos em empresas controladas	-	-	(1.783)	(1.314)
Efeito do IRPJ e CSLL sobre diferenças permanentes:				
Benefício dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica – lei nº 11.196/05	1.754	1.765	1.754	1.765
Equivalência patrimonial	(1.540)	(590)	-	-
Juros sobre capital próprio	3.700	3.849	3.700	3.849
Outras diferenças permanentes	(159)	9	(56)	(243)
Constituição de tributos diferidos sobre prejuízos em empresas controladas, relativos a anos anteriores	-	-	687	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(19.256)	(11.237)	(18.427)	(12.716)
Corrente	(18.684)	(10.068)	(19.061)	(11.409)
Diferido	(572)	(1.169)	634	(1.307)
Total	(19.256)	(11.237)	(18.427)	(12.716)
Taxa efetiva - %	28,45%	23,48%	27,56%	25,78%

Notas Explicativas**12. Saldos e transações com partes relacionadas**a) Saldos e transações com empresas controladas e controladores

Controladora	30/06/2013						
	Ativo circulante	Ativo não circulante		Passivo circulante	Passivo não circulante	Transações	
	Contas a receber	Créditos	Mútuo	Fornecedores	Mútuo	Receitas	Compras
Empresas controladas							
ARZZ Co LLC	-	7.602	-	-	-	5.351	-
ARZZ International INC	-	9.882	29	-	-	-	-
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	21.849	-	110	98	-	50.431	13
ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	194	-	37	1.591	-	151	42.640
Total Controladora	22.043	17.484	176	1.689	-	55.933	42.653
Consolidado							
Acionistas controladores	-	-	-	-	978	-	-
Total Consolidado	-	-	-	-	978	-	-

Notas Explicativas**12. Saldos e transações com partes relacionadas--Continuação**a) Saldos e transações com empresas controladas e controladores--Continuação

Controladora	31/12/2012					30/06/2012	
	Ativo circulante	Ativo não circulante		Passivo circulante	Passivo não circulante	Transações	
	Contas a receber	Créditos	Mútuo	Fornecedores	Mútuo	Receitas	Compras
Empresas controladas							
Arezzo & Co International	-	9.114	-	-	-	510	4
ARZZ International INC	-	1.718	29	-	-	-	-
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	43.104	-	28	191	-	31.701	21
ZZAF Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	-	-	-	-	-	10	187
ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	512	-	48	317	-	42	47.137
Total Controladora	43.616	10.832	105	508	-	32.263	47.349
Consolidado							
Acionistas controladores	-	-	-	-	973	-	-
Total Consolidado	-	-	-	-	973	-	-

Notas Explicativas

12. Saldos e transações com partes relacionadas--Continuação

b) Natureza, termos e condições das transações – empresas controladas

A Companhia mantém operações com partes relacionadas que são efetuadas em condições comerciais e financeiras, estabelecidas de comum acordo entre as partes. A transação mais comum é a venda de calçados e acessórios da Companhia (Controladora) para a loja ZZAB (controlada) e a aquisição dos mesmos da fabricante ZZSAP (controlada).

As transações comerciais praticadas entre tais partes relacionadas seguem políticas de preços e prazos específicos estabelecidos entre as partes. O prazo médio de recebimento do saldo de partes relacionadas é de 78 dias, enquanto o prazo médio de pagamento do saldo das partes relacionadas é de 07 dias.

Os saldos a receber de partes relacionadas, exceto pelos saldos de mútuos, possuem datas específicas para vencimento. Os mútuos ativos são atualizados aplicando-se a variação da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") acrescida de juros de 2,5% ao ano. Os mútuos ativos com operações no exterior são atualizados aplicando-se a taxa LIBOR (12 m) acrescida de juros de 1% ao ano.

c) Remuneração da Administração

A remuneração da Administração ocorre por meio de pagamento de pró-labore e participação nos lucros. Em 30 de junho de 2013 a remuneração total relativa aos benefícios de curto prazo (pró-labore e participação nos lucros) da Administração da Companhia foi de R\$ 1.360 (R\$ 1.744 em 30 de junho de 2012), como segue:

	<u>30/06/2013</u>	<u>30/06/2012</u>
Remuneração fixa anual salário/ pró-labore	1.189	1.529
Remuneração variável bônus	171	215
Total da remuneração	<u>1.360</u>	<u>1.744</u>

A Companhia possui plano de remuneração baseado em ações (Nota 33). No período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, a despesa com plano de opções de ações de Administradores totalizou R\$ 124 (R\$ 13 em 30 de junho de 2012), e está sendo apresentados como despesa operacional antes do resultado financeiro.

Notas Explicativas

12. Saldos e transações com partes relacionadas--Continuação

c) Remuneração da Administração--Continuação

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados.

d) Garantias

A Companhia é a garantidora de um contrato de arrendamento mercantil firmado em novembro de 2009 por sua controlada ZZSAP no montante de R\$ 63 (R\$ 105 em 31 de dezembro de 2012).

e) Transações ou relacionamentos com acionistas

A Companhia manteve, até 16 de agosto de 2012, contrato de locação do imóvel onde estava estabelecida sua filial na cidade de Campo Bom, Estado do Rio Grande do Sul, que é de propriedade de uma empresa cujo sócio é controlador da Companhia (Sr. Anderson Lemos Birman). O valor do aluguel pago no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 67 mil. Em 30 de junho de 2012 o valor do aluguel foi no montante de R\$ 62 mil.

Alguns diretores e conselheiros da Companhia detêm, de forma direta, uma participação total de 52,4% das ações da Companhia em 30 de junho de 2013.

f) Transações com outras partes relacionadas

A Companhia mantém contrato de prestação de serviços de assessoria jurídica nas áreas cível, trabalhista e tributária com o Escritório de Advocacia Procópio de Carvalho de propriedade do Sr. José Murilo Procópio de Carvalho, membro do Conselho de Administração da Companhia, e com a empresa Ethos Desenvolvimento S/C Ltda, de propriedade do Sr. José Ernesto Beni Bolonha, que presta consultoria em gestão de recursos humanos, também membro do Conselho de Administração da Companhia. Estas empresas receberam no período de seis meses findo em 30 de junho de 2013 R\$ 394 e R\$ 300 (R\$ 256 e R\$ 189 em 30 de junho de 2012), respectivamente.

Notas Explicativas

13. Investimentos

Descrição	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	Receita líquida	Resultado do período	% Partic.	Investimento/Provisão para perdas com investimentos		Resultado de equivalência patrimonial	
								30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	30/06/2012
ZZAB Com. de Calçados Ltda.	146.133	28.592	117.541	93.614	86.663	801	99,99	117.541	85.738	801	2.175
ZZSAP Ind. e Com. de Calçados Ltda.	48.060	40.879	7.182	592	33.552	(86)	99,99	7.182	7.268	(86)	(1.769)
ZZAF Ind. e Com. de Calçados Ltda. (*)	-	-	-	-	-	-	99,99	-	-	-	(65)
Investimentos								124.723	93.006	715	341
ARZZ International INC.	20.196	30.642	(10.446)	3.631	7.933	(5.244)	100	(10.446)	(5.202)	(5.244)	-
Arezzo & Co International (**)	-	-	-	-	-	-	99,99	-	-	-	(2.075)
Provisão para passivo a descoberto								(10.446)	(5.202)	(5.244)	(2.075)
								114.277	87.804	(4.529)	(1.734)

(*) Incorporada em fevereiro de 2012 pela Controladora.

(**) Incorporada em agosto de 2012 pela controlada indireta ARZZ LLC.

	Controladora	
	30/06/2013	31/12/2012
Saldo no início do período, líquido da provisão para perdas	87.804	70.026
Integralização de capital	31.002	21.917
Incorporação de controladas (Nota 1)	-	(4.416)
Equivalência patrimonial	(4.529)	277
Saldo no final do período, líquido da provisão para perdas	114.277	87.804

Notas Explicativas

13. Investimentos--Continuação

Aumento de capital:

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2013 e no exercício de 2012, a Companhia aumentou o capital social nas suas controladas, conforme abaixo demonstrado:

	2013	2012
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	31.002	25.773
ARZZ Inc.	-	3.323
	31.002	29.096
Integralização com caixa	-	21.917
Integralização com créditos	31.002	-
Integralização via incorporação de controladas	-	7.179

No exercício de 2012, a controlada ZZAB teve seu capital social aumentado de R\$ 38.839 para R\$ 93.614, portanto um aumento de R\$ 56.775. Deste montante, R\$ 25.773 foram integralizados no próprio exercício de 2012, R\$ 19.000 foram integralizados em 09 de janeiro de 2013 e R\$ 12.002 foram integralizados em 01 de abril de 2013.

14. Imobilizado

Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados a seguir:

Controladora:

	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Instalações e showroom	Veículos	Terrenos	Total
Custo							
Saldos em 31/12/2012	5.163	5.907	3.659	12.221	76	1.501	28.527
Aquisições	408	380	1.564	764	120	-	3.236
Baixas	(105)	(569)	(27)	(1.878)	-	-	(2.579)
Saldos em 30/06/2013	5.466	5.718	5.196	11.107	196	1.501	29.184
Depreciação acumulada							
Saldos em 31/12/2012	(3.015)	(1.576)	(1.370)	(1.788)	(49)	-	(7.798)
Depreciação	(363)	(244)	(144)	(455)	(6)	-	(1.212)
Baixas	60	77	19	343	-	-	499
Saldos em 30/06/2013	(3.318)	(1.743)	(1.495)	(1.900)	(55)	-	(8.511)
Valor contábil líquido							
Saldos em 31/12/2012	2.148	4.331	2.289	10.433	27	1.501	20.729
Saldos em 30/06/2013	2.148	3.975	3.701	9.207	141	1.501	20.673
Taxa média de depreciação	20%	10%	10%	10%	20%	-	

Notas Explicativas**14. Imobilizado--Continuação**

Consolidado:

	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Instalações e showroom	Prédios	Veículos	Terrenos	Total
Custo								
Saldos em 31/12/2012	6.637	12.965	9.329	46.000	530	89	2.001	77.551
Aquisições	547	1.245	2.419	4.554	-	120	-	8.885
Baixas	(79)	(205)	(31)	(1.937)	-	-	-	(2.252)
Saldos em 30/06/2013	7.105	14.005	11.717	48.617	530	209	2.001	84.184
Depreciação acumulada								
Saldos em 31/12/2012	(3.527)	(2.747)	(3.678)	(6.337)	(110)	(62)	-	(16.461)
Depreciação	(514)	(762)	(395)	(2.069)	(11)	(6)	-	(3.757)
Baixas	81	113	20	834	-	-	-	1.048
Saldos em 30/06/2013	(3.960)	(3.396)	(4.053)	(7.572)	(121)	(68)	-	(19.170)
Valor contábil líquido								
Saldos em 31/12/2012	3.110	10.218	5.651	39.663	420	27	2.001	61.090
Saldos em 30/06/2013	3.145	10.609	7.664	41.045	409	141	2.001	65.014
Taxa média de depreciação	20%	10%	10%	10%	4%	20%	-	

Notas Explicativas

15. Intangível

Os detalhes dos intangíveis e da movimentação dos saldos da Companhia estão apresentados a seguir:

Controladora:

	Marcas e patentes	Direito de uso de lojas	Direito de uso de sistemas	Total
Custo				
Saldos em 31/12/2012	2.629	125	14.067	16.821
Aquisições	13	1.553	7.204	8.770
Baixas	-	(600)	(58)	(658)
Saldos em 30/06/2013	2.642	1.078	21.213	24.933
Amortização acumulada				
Saldos em 31/12/2012	-	-	(7.127)	(7.127)
Amortização	-	-	(1.108)	(1.108)
Baixas	-	-	10	10
Saldos em 30/06/2013	-	-	(8.225)	(8.225)
Valor contábil líquido				
Saldos em 31/12/2012	2.629	125	6.940	9.694
Saldos em 30/06/2013	2.642	1.078	12.988	16.708
Vida útil média estimada	Indeterminada	Indeterminada	5 anos	

Notas Explicativas**15. Intangível--Continuação**

Consolidado:

	Marcas e patentes	Direito de uso de lojas	Direito de uso de sistemas	Total
Custo				
Saldos em 31/12/2012	2.749	37.715	14.784	55.248
Aquisições	14	4.035	7.235	11.284
Baixas	-	(1.080)	(67)	(1.147)
Saldos em 30/06/2013	2.763	40.670	21.952	65.385
Amortização acumulada				
Saldos em 31/12/2012	-	-	(7.426)	(7.426)
Amortização	-	-	(1.213)	(1.213)
Baixa	-	-	13	13
Saldos em 30/06/2013	-	-	(8.626)	(8.626)
Valor contábil líquido				
Saldos em 31/12/2012	2.749	37.715	7.358	47.822
Saldos em 30/06/2013	2.763	40.670	13.326	56.759

Vida útil média estimada	Indeterminada	Indeterminada	5 anos
--------------------------	---------------	---------------	--------

Os intangíveis de vida útil definida referem-se a direitos sobre softwares e licenças adquiridos de terceiros e são amortizados linearmente ao longo de sua vida útil estimada, tendo como contra partida a conta de despesas gerais e administrativas.

Os intangíveis de vida útil indeterminada referem-se a marcas e patentes e direitos de uso de lojas, sendo que estes últimos correspondem aos dispêndios efetuados pela Companhia para o uso de lojas em pontos comerciais locados.

As aquisições dos Direitos de Uso das Lojas ocorrem mediante pagamentos à vista para liberação do ponto comercial, não restando outras obrigações decorrentes destas aquisições no passivo da Companhia. Essas negociações são usuais neste tipo de transação comercial devido à característica de negócio.

Foi reconhecido no resultado do período de seis meses findo em 30 de junho de 2013 o montante de R\$ 5.162 na Controladora e no Consolidado (R\$ 5.192 em 30 de junho de 2012) relativos a despesas com pesquisa e desenvolvimento de novos produtos da Companhia.

Notas Explicativas

15. Intangível--Continuação

Teste de perda por redução ao valor recuperável dos intangíveis com vida útil indefinida

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, visto que o valor estimado de uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação. Na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias, a Companhia avaliou a existência de fatores que pudessem impactar o valor de seus ativos e não constatou indicativos de que os mesmos possam ter sofrido desvalorização.

16. Empréstimos e financiamentos

As operações de empréstimos e financiamentos podem ser assim resumidas:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
Capital de giro	-	-	11.132	10.274
Banco do Brasil (FINAME)	18	20	18	20
Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC)	35.040	27.057	35.040	27.057
FINEP	31.280	27.458	31.280	27.458
BNDES Progeren	-	-	30.330	29.190
Outros	-	-	62	85
	66.338	54.535	107.862	94.084
Circulante	40.748	31.313	60.763	42.843
Não circulante	25.590	23.222	47.099	51.241

A taxa de juros e encargos incidentes sobre os empréstimos são:

- (i) FINEP: Taxa de 5,25% a.a., ou indexado a TJLP se esta for maior que 6% ao ano.
- (ii) Leasing e Finame: 1,37% ao mês.
- (iii) Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC): denominado em Dólares, acrescido pela taxa Libor média + Spread do Banco, média em 30/06/13 de 2,01% ao ano.
- (iv) Capital de Giro nos Estados Unidos da América: denominado em Dólares, acrescido pela taxa Libor média + 1,5% fixo ao ano.
- (v) Capital de Giro BNDES Progeren, taxa de TJLP + 2,5% ao ano, vencimento em 36 meses incluindo 18 meses de carência.

Notas Explicativas

16. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Vencimentos dos contratos

- Bank of America: vencimento em 16 de setembro de 2013;
- Banco do Brasil: parcelas mensais com vencimento final em agosto de 2015;
- FINEP: vencimento em agosto de 2017, julho de 2018 e outubro de 2019;
- BNDES: vencimento em 15 de novembro de 2015; e
- Outros: prazo final de amortização em janeiro de 2015.

Os montantes registrados no passivo não circulante em 30 de junho de 2013 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora	Consolidado
2014	3.370	10.554
2015	6.739	21.065
2016	6.733	6.733
Após 2016	8.748	8.747
Total	25.590	47.099

Os empréstimos estão garantidos por aval dos acionistas controladores e também com carta de fiança bancária e não possuem cláusulas restritivas (“covenants”) relacionadas a indicadores financeiros.

Linhas de crédito

Em 14 de novembro de 2011, a Companhia contratou uma terceira linha de financiamento junto ao FINEP no montante de R\$ 27.366. Em 30 de junho de 2013, o montante de R\$ 11.632 referente a esta linha de crédito não foi utilizado pela Companhia e está disponível para utilização.

Outras garantias e compromissos

A Companhia mantém um acordo de cooperação técnica e financeira com o Banco do Nordeste do Brasil S/A, com a finalidade de manter uma linha de financiamento destinado aos franqueados “Arezzo”, em empreendimentos instalados na área de atuação deste banco. Utilizando-se recursos do Fundo Constitucional de Financiamento da Região Nordeste (FNE) em financiamentos para modernização de suas lojas (de terceiros), observados padrões próprios definidos pela própria Companhia, bem como para custos associados a essas operações, a título de capital de giro, se necessário.

A Companhia é garantidora dessas operações, por meio de carta fiança bancária emitida pelo Banco Santander. Em 30 de junho de 2013, o valor garantido pela Companhia com relação a este acordo é de R\$ 10 (R\$ 201 em 31 de dezembro de 2012).

Notas Explicativas

17. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
Fornecedores nacionais	35.216	24.946	42.086	33.984
Partes relacionadas (Nota 12.a)	1.689	508	-	-
Fornecedores estrangeiros	1.470	237	1.470	1.523
	38.375	25.691	43.556	35.507

18. Obrigações trabalhistas

Os saldos de salários e encargos a pagar são assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012	30/06/2013	31/12/2012
Salários a pagar	1.566	5.423	1.009	7.854
Provisão para férias e 13º salário	7.626	4.179	14.217	7.554
	9.192	9.602	15.226	15.408

19. Programa de parcelamento fiscal

A sociedade controlada ZZSAP aderiu ao Parcelamento Especial (PAES), disciplinado pela Lei nº 10.684 de 30 de maio de 2003, inscrevendo parte substancial dos débitos tributários vencidos até 15 de julho de 2003. Conforme previsto na legislação mencionada, as empresas que integram este programa são obrigadas a manter o pagamento regular das parcelas mensais, podendo ser excluídas do programa caso atrasem estes pagamentos por três meses consecutivos ou seis meses alternados, o que primeiro ocorrer.

As parcelas pactuadas estão sendo liquidadas sem atraso. Com isso, a ZZSAP aufere um gasto mensal de, aproximadamente, R\$ 16 estando os pagamentos de acordo com as condições previstas no Programa de Parcelamento Fiscal.

20. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em ações judiciais e administrativas sobre questões tributárias, previdenciárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso vinculadas aos depósitos judiciais, como segue:

Notas Explicativas**20. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis--Continuação**

	Controladora			Saldo 30/06/2013
	Saldo 31/12/2012	Adições/ Atualizações	Reversões/ Pagamento	
Cível	1.061	43	(4)	1.100
Tributária	-	1.236	-	1.236
Trabalhista	1.336	546	(266)	1.616
Provisão para riscos	2.397	1.825	(270)	3.952
Depósito judicial	(4.523)	(797)	1.175	(4.145)
Total	(2.126)	1.028	905	(193)

	Consolidado			Saldo 30/06/2013
	Saldo 31/12/2012	Adições/ Atualizações	Reversões/ Pagamentos	
Cível	1.088	44	(8)	1.124
Tributária	-	1.597	-	1.597
Trabalhista	1.950	676	(380)	2.246
Provisão para riscos	3.038	2.317	(388)	4.967
Depósito judicial	(6.879)	(1.100)	1.645	(6.334)
Total	(3.841)	1.217	1.257	(1.367)

Cível – a Companhia e suas controladas são partes em processos cíveis que tem como objeto, principalmente, o pedido de indenização por dano moral e material e cobrança de títulos. A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e no histórico dos desfechos destas demandas, acredita que os valores provisionados são suficientes para cobrir prováveis perdas.

Tributário – a Companhia e sua controlada ZZSAP são partes em processos tributários referentes à discussão da majoração da alíquota do Fator Acidentário de Prevenção, para os quais há depósitos judiciais no mesmo montante. A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e no histórico dos desfechos destas demandas, acredita que os valores provisionados são suficientes para cobrir prováveis perdas.

Notas Explicativas

20. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis--Continuação

Trabalhistas – a Companhia e suas controladas são partes em processos trabalhistas relacionados, principalmente, ao pagamento de horas extras e seus respectivos encargos sociais, adicionais de insalubridade e periculosidade, equiparação salarial e integração de verbas na remuneração. A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e no histórico dos desfechos destas demandas, acredita que os valores provisionados são suficientes para cobrir prováveis perdas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos de natureza cível, fiscal e trabalhista, nas esferas administrativas e judiciais, no montante aproximado de R\$ 26.700 na Controladora e no Consolidado, cuja estimativa de perda foi considerada como possível na opinião de seus consultores jurídicos, portanto não sujeitos a provisionamento.

Dentre estes outros processos, encontra-se o auto de infração emitido pela Secretaria da Receita Federal em 11 de junho de 2013, referente a IRPJ e CSLL contra a Companhia, que tem como um de seus objetos o questionamento da dedutibilidade fiscal da amortização do ágio decorrente da aquisição de participação efetuada pela BRICS Participações S.A. (BRICS) na Companhia a valor de mercado determinado por peritos independentes, o qual subsequentemente foi incorporado pela Companhia por meio da operação de incorporação reversa, conforme divulgado na Nota 21.2. O ágio incorporado está sendo apresentado líquido da provisão retificadora, conforme requerido pela Instrução CVM nº 319/99, e representa o benefício fiscal decorrente da dedutibilidade do referido ágio, conforme divulgado na Nota 11.a - item (i). O processo relativo ao auto de infração encontra-se atualmente na esfera administrativa e segundo os advogados da Companhia, a expectativa de perda é considerada possível, no montante de R\$ 7.231.

Legislação vigente

De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os impostos federais, estaduais e municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades por períodos que variam de cinco a trinta anos. As legislações nos demais países em que as controladas da Companhia operam possuem prazos prescricionais diferenciados.

21. Capital social e reservas

21.1 Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 07 de dezembro de 2010 foi aprovada a criação do limite do capital autorizado, ficando a Companhia autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 500.000, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração da Companhia.

Notas Explicativas

21. Capital social e reservas--Continuação

21.1 Capital social--Continuação

Em 02 de fevereiro de 2011 foram emitidas novas ações ordinárias no processo de oferta pública de distribuição de ações.

Em 29 de fevereiro de 2012, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital, no valor de R\$ 65.000, mediante a capitalização parcial da reserva de capital, sem emissão de novas ações.

Em 30 de julho de 2012, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital, em razão do exercício por determinados beneficiários de Opções de Compra de Ações, no valor total de R\$ 940, com emissão de 45 mil novas ações ordinárias da Companhia.

Em 28 de junho de 2013, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital, no valor de R\$ 49.143, mediante a capitalização parcial da reserva de capital, sem emissão de novas ações.

	Acções	Capital social
	em milhares	R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2011	88.542	40.917
Aumento de capital com capitalização da reserva de capital	-	65.000
Saldo em 30 de junho de 2012	88.542	105.917
Saldo em 31 de dezembro de 2012	88.587	106.857
Aumento de capital com capitalização da reserva de capital	-	49.143
Saldo em 30 de junho de 2013	88.587	156.000

21.2 Reserva de capital

A reserva de capital foi inicialmente constituída em decorrência dos processos de estruturação societária ocorridos em 2007, em contrapartida ao acervo líquido incorporado e representa o valor do benefício fiscal futuro a ser auferido por meio da amortização do ágio incorporado. A parcela de reserva especial de ágio correspondente ao benefício que poderá ser, ao final de cada exercício social, capitalizada em proveito dos acionistas, com a emissão de novas ações, de acordo com o disposto da Instrução CVM nº 319/99.

Notas Explicativas

21. Capital social e reservas--Continuação

21.2 Reserva de capital--Continuação

- a) Em 01 de junho de 2008, a BRICS foi incorporada pela Companhia, sendo o acervo líquido composto pelo ágio pago na aquisição do investimento na Companhia, fundamentado em rentabilidade futura, líquido da provisão prevista pela Instrução CVM nº 319/99, no montante de R\$ 13.935.

No contexto da extinção da BRICS por conta de sua incorporação, a participação desta na Companhia foi transferida a FIGEAC.

- b) Em 18 de novembro de 2008, a FIGEAC integralizou R\$ 12.500, dos quais R\$ 1.250 foram destinados ao aumento de capital e R\$ 11.250 destinados à formação de reserva de capital, acrescidos da atualização monetária incorrida no montante de R\$ 1.559.
- c) Em 06 de novembro de 2009, a FIGEAC integralizou os R\$ 12.500 restantes, dos quais R\$ 1.250 foram destinados ao aumento de capital e R\$ 11.250 destinados à formação de reserva de capital, acrescidos da atualização monetária incorrida no montante de R\$ 2.990.
- d) Em 01 de dezembro de 2009, a FIGEAC foi incorporada pela Companhia, sendo o acervo líquido composto pelo ágio pago na aquisição do investimento na Companhia, fundamentado em rentabilidade futura, líquido da provisão prevista pela Instrução CVM nº 319/99, no montante de R\$ 7.535.

Os créditos tributários gerados em decorrência da reserva especial de ágio constituída quanto da incorporação da BRICS e da FIGEAC estão apresentados na Nota 11.

Ainda, em 02 de fevereiro de 2011, no processo de oferta pública de ações a captação totalizou recursos líquidos de R\$ 182.009, dos quais R\$ 167.067 foram reconhecidos como reserva de capital, líquidos dos custos com a oferta no montante de R\$ 13.579 (R\$ 8.962, líquidos dos efeitos tributários). Deste total, R\$ 10.663 referem-se ao pagamento de honorários a bancos e corretoras, e o restante ao valor do pagamento de honorários a advogados, consultores, auditores e outros custos.

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia efetuou o provisionamento complementar dos custos com a oferta pública de distribuição de ações no montante de R\$ 550 (R\$ 363 líquido dos efeitos tributários), sendo este valor líquido deduzido da reserva de capital.

Com a implementação do Plano de Opções, a Companhia constituiu a Reserva de Opções Outorgadas, no montante de R\$ 1.610, conforme descrito na Nota 33. Desse total, R\$ 835 foram reconhecidos em 2013 e R\$ 775 foram reconhecidos em 2012.

Notas Explicativas

21. Capital social e reservas--Continuação

21.3 Reservas e retenção de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") até o limite de 20% do capital social.

Reserva para investimentos

Refere-se a reserva para investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos ("P&D"), tendo como base o orçamento de capital elaborado pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral Ordinária. O saldo da reserva em 30 de junho de 2013 é de R\$ 2.683 (R\$ 2.683 em 31 de dezembro de 2012).

Retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos. A retenção acumulada até o exercício de 2012 é de R\$ 137.452 e está fundamentada em orçamento de capital elaborado pela Administração e aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2013.

22. Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e propostos

Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os acionistas fazem jus a um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária. Os juros sobre capital próprio, quando calculados, são considerados como distribuição de lucros para fins de determinação do dividendo mínimo a ser distribuído.

Durante o exercício de 2012 a Companhia distribuiu aos acionistas os dividendos e juros sobre capital próprios relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, que totalizavam o montante de R\$ 14.327, que se encontravam provisionados para pagamento em 31 de dezembro de 2011.

Em 30 de julho de 2012, a Companhia aprovou através da Reunião do Conselho de Administração o pagamento de dividendos intercalares no montante total de R\$ 6.986, pagos em 30 de agosto de 2012. Os dividendos intercalares pagos durante o exercício constituem-se em antecipação do dividendo mínimo obrigatório.

Em 04 de março de 2013, o Conselho de Administração aprovou a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, contemplando a proposta de distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 20.382, sujeita a aprovação da Assembleia Geral da Companhia.

Notas Explicativas

22. Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e propostos-- Continuação

Juros sobre o capital próprio - Lei nº 9.249/95

A Companhia, para fins de atendimento às normas fiscais, contabilizou os juros sobre o capital próprio pagos ou creditados no exercício de 2012, no montante de R\$ 21.751 em contrapartida à rubrica de "despesas financeiras". Para fins de preparação destas demonstrações financeiras intermediárias, esses juros foram revertidos do resultado contra a conta de lucros acumulados, conforme determinado pelas práticas contábeis. Sobre tais juros, foi retido o imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, exceto para os acionistas comprovadamente isentos ou imunes, ou acionistas domiciliados em países ou jurisdições para os quais a legislação estabeleça alíquota diversa.

Conforme deliberado na Reunião do Conselho de Administração de 29 de junho de 2012, a Companhia realizou, em 31 de julho de 2012, o pagamento de R\$ 11.322 (R\$ 9.702, líquido dos efeitos de imposto de renda retido na fonte) a título de juros sobre o capital próprio.

Seguindo sua política de distribuição sistemática de proventos aos seus acionistas, a Companhia creditou juros sobre capital próprio semestrais, no montante de R\$ 7.969 (R\$ 6.829, líquido dos efeitos de imposto de renda retido na fonte), aos acionistas que, em 28 de dezembro de 2012, estavam inscritos nos registros da Companhia como titulares das ações de sua emissão, sendo que o pagamento foi realizado em 31 de janeiro de 2013.

Em 17 de dezembro de 2012, a Companhia aprovou em Reunião do Conselho de Administração, juros sobre o capital próprio complementares no montante de R\$ 2.460 (R\$ 2.116, líquido dos efeitos de imposto de renda retido na fonte) os quais foram pagos em 31 de janeiro de 2013, sendo as ações da Companhia negociadas ex-direitos a JCP a partir de 02 de janeiro de 2013, inclusive.

Em 30 de junho de 2013, a Companhia, para fins de atendimento às normas fiscais, contabilizou os juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 10.886 (R\$ 11.322 em 30 de junho de 2012) em contrapartida à rubrica de "despesas financeiras". Para fins de preparação destas demonstrações financeiras intermediárias, esses juros foram revertidos do resultado contra a conta de lucros acumulados, conforme determinado pelas práticas contábeis. Sobre tais juros, foi retido o imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, exceto para os acionistas comprovadamente isentos ou imunes, ou acionistas domiciliados em países ou jurisdições para os quais a legislação estabeleça alíquota diversa. O pagamento será efetuado no dia 31 de julho de 2013, conforme deliberado na Reunião do Conselho de Administração de 28 de junho de 2013, sendo as ações da Companhia negociadas ex-direitos a JCP a partir de 01 de julho de 2013, inclusive.

Os juros sobre o capital próprio creditados durante o exercício constituem-se em antecipação do dividendo mínimo obrigatório.

Notas Explicativas

23. Lucro por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636 – Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para o período de seis meses findos em 30 de junho de 2013 e 2012.

a) Lucro básico por ação

O calculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

	30/06/2013	30/06/2012
Lucro líquido do período (em milhares de Reais)	48.423	36.615
Média ponderada de ações emitidas (em milhares)	88.587	88.542
Lucro básico por ação – R\$	0,55	0,41

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras em ações ordinárias. A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais dilutivas que refere-se a opção de compra de ações conforme demonstrado no quadro abaixo:

	30/06/2013	30/06/2012
Lucro líquido do período (em milhares de Reais)	48.423	36.615
Média ponderada de ações emitidas (em milhares)	88.587	88.542
Ajuste por opções de compra de ações (em milhares)	120	-
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (em milhares)	88.707	88.542
Lucro diluído por ação – R\$	0,55	0,41

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

24. Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	460.119	383.094	535.418	450.313
Mercado externo	24.051	15.219	27.489	17.242
Devolução de vendas	(16.999)	(11.403)	(24.240)	(18.863)
Impostos sobre vendas	(77.287)	(69.928)	(99.989)	(87.863)
Receita operacional líquida	389.884	316.982	438.678	360.829

25. Informações por segmento

A Companhia possui apenas um segmento operacional definido como calçados, bolsas e acessórios. A Companhia está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos.

Essa visão está sustentada nos seguintes fatores:

- não há divisões em sua estrutura para gerenciamento das diferentes linhas de produtos, marcas ou canais de venda;
- a sua unidade fabril opera para mais do que uma marca e canal de venda;
- as decisões estratégicas da Companhia estão embasadas em estudos que demonstram oportunidades de mercado e não apenas no desempenho por produto, marca ou canal.

Os produtos da Companhia são distribuídos por marcas (Arezzo, Schutz, Anacapri e Alexandre Birman) e canais (franquias, multimarca e lojas próprias) diferentes, no entanto, são controlados e gerenciados pela Administração como um único segmento de negócio, sendo os resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma centralizada.

Notas Explicativas**25. Informações por segmento--Continuação**

Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita bruta consolidada por marca e canal de venda, conforme demonstrado a seguir:

Marca	Consolidado	
	30/06/2013	30/06/2012
Receita bruta	562.907	467.555
Arezzo - mercado interno	322.266	285.559
Schutz - mercado interno	189.577	144.993
Outros	23.575	19.761
Mercado externo	27.489	17.242

Canal	Consolidado	
	30/06/2013	30/06/2012
Receita bruta	562.907	467.555
Franquias	251.395	209.345
Multimarca	147.575	129.755
Lojas próprias	131.251	104.690
Outros	5.197	6.523
Mercado externo	27.489	17.242

A receita no mercado externo não está sendo demonstrada separadamente por área geográfica, pois representa em 30 de junho de 2013, 5 % da receita bruta.

Não há clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 5 % das vendas no mercado interno e externo.

Notas Explicativas

26. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado consolidado por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
Despesas por função				
Custo dos produtos vendidos	(247.644)	(199.344)	(243.187)	(203.721)
Despesas comerciais	(41.986)	(39.426)	(95.008)	(76.818)
Despesas administrativas e gerais	(35.438)	(26.420)	(37.627)	(27.308)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.459	(7.730)	1.288	(6.846)
	(323.609)	(272.920)	(374.534)	(314.693)
Despesas por natureza				
Depreciação e amortização	(2.320)	(1.541)	(4.970)	(3.166)
Despesas com pessoal	(18.651)	(28.489)	(32.485)	(52.990)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(248.845)	(201.661)	(244.388)	(206.038)
Fretes	(7.058)	(6.057)	(8.472)	(6.859)
Outras despesas operacionais	(46.735)	(35.172)	(84.219)	(45.640)
	(323.609)	(272.920)	(374.534)	(314.693)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

a) Valor justo

O quadro a seguir apresenta as principais operações de instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia.

	Consolidado			
	30/06/2013		31/12/2012	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	7.515	7.515	11.518	11.518
Aplicações financeiras	206.917	206.917	190.656	190.656
Clientes e outras contas a receber	216.267	216.267	221.572	221.572
Empréstimos e financiamentos	107.862	107.862	94.084	94.084
Fornecedores e outras contas a pagar	50.434	50.434	40.816	40.816

Notas Explicativas**27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação**

Em 30 de junho de 2013, os ativos e passivos financeiros consolidados da Companhia estão classificados nas seguintes categorias de instrumentos financeiros:

	Mensuração	
	Valor justo	Custo amortizado
Ativos		
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	-	7.515
Clientes e outras contas a receber	-	216.267
Ativos financeiros ao valor justo através do resultado		
Aplicações financeiras	206.917	-
Passivos		
Empréstimos e financiamentos		
Empréstimos e financiamentos	-	107.862
Outros passivos financeiros		
Fornecedores e outras contas a pagar	-	50.434

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Aplicações financeiras - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, CDB - Certificado de Depósito Bancário e LFT - Letras Financeiras do Tesouro (Nota 6).
- Caixa e equivalentes de caixa, clientes e outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia e controladas, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.
- Empréstimos e financiamentos - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, que de acordo com o entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

Notas Explicativas

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

a.1) Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Para a mensuração do valor justo de seus instrumentos financeiros, a Companhia adota a técnica de avaliação de preços cotados nos mercados ativos (Nível 1) e a técnica de avaliação de preços observáveis (Nível 2).

a) Exposição a riscos cambiais

O resultado das operações da Companhia e de suas controladas é afetado pelo fator de risco da taxa de câmbio do dólar norte-americano, devido ao fato que parte das receitas de vendas, estão vinculadas a esta moeda. Para minimizar o risco cambial, quase as totalidades de suas exportações possuem financiamentos atrelados à respectiva moeda.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o valor da exposição líquida vinculada ao dólar norte-americano, é representado por:

	Consolidado	
	30/06/2013	31/12/2012
Contas a receber	35.042	25.135
Empréstimos e financiamentos	(35.040)	(27.057)
Fornecedores	(1.470)	(1.523)
Exposição líquida	(1.468)	(3.445)

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira que a Companhia possuía exposição na data base de 30 de junho de 2013, foram definidos três cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações da taxa de câmbio.

Notas Explicativas

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

No quadro a seguir são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

Além desse cenário a CVM por meio da Instrução nº 475 de 17 de dezembro de 2008 ("Instrução CVM 475") determinou que fossem apresentados mais dois cenários com uma deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o regulamento da CVM.

Operação	Moeda	Cenário Provável	Cenário A	Cenário B
Apreciação da taxa de câmbio				
Contas a receber em moeda estrangeira	R\$	35.042	43.803	52.563
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	R\$	(35.040)	(43.800)	(52.560)
Fornecedores em moeda estrangeira	R\$	(1.470)	(1.838)	(2.205)
Apreciação da Taxa em			25%	50%
Referência para Taxa de Câmbio Dólar		2,22	2,78	3,33
Efeito no lucro antes da tributação	R\$		(367)	(734)

Em outubro de 2012, a Companhia firmou instrumento de hedge derivativo no valor de US\$ 3.025 mil com o objetivo de reduzir a sua exposição cambial nas operações comerciais de exportação, considerando os valores de pedidos em carteira, sendo o vencimento em 06 de outubro de 2014.

	30/06/2013 USD (mil)	31/12/2012 USD (mil)
Forward – Compromisso de Venda	2.200	3.025

Os ajustes decorrentes dos contratos de derivativos produziram os seguintes efeitos:

<u>Instrumentos financeiros derivativos</u>	30/06/2013	31/12/2012
Valor a (pagar) receber decorrente do resultado (valor justo)	(249)	14
<u>Demonstração do resultado</u>	30/06/2013	30/06/2012
Perda reconhecida no resultado financeiro	(263)	(156)

O valor justo dos derivativos foi calculado com base em cotações oficiais de dólar futuro, tomou-se como referência a cotação do primeiro dólar futuro antes e depois do vencimento do derivativo na data do fechamento do exercício. A partir destes dados, calculou-se a média ponderada das taxas futuras para estimar-se o valor justo da operação no encerramento de cada período.

Notas Explicativas

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função de empréstimos contratados vinculados à TJLP. As taxas estão divulgadas na Nota 16.

Em 30 de junho de 2013, o saldo de empréstimos e financiamentos apresenta a seguinte composição em relação à taxa de juros:

	Consolidado	
	30/06/2013	%
Juros fixos	35.120	32,6%
Juros com base na TJLP e Libor	72.742	67,4%
	107.862	100,0%

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos que a Companhia possuía exposição na data base de 30 de junho de 2013, foram definidos três cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos.

No quadro a seguir são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Com base nos valores da TJLP e da Libor vigentes em 30 de junho de 2013, foi definido o cenário provável para o ano de 2013 e a partir deste calculadas variações de 25% e 50% conforme requerido pela Instrução CVM nº 475.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato. A data base utilizada para os financiamentos foi 30 de junho de 2013 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Moeda	Cenário Provável	Cenário A	Cenário B
Aumento de despesa financeira				
Financiamentos – TJLP	R\$	1.564	1.955	2.346
Financiamentos – Libor	R\$	86	107	129
		1.650	2.062	2.475
Apreciação da taxa em			25%	50%
Referência para passivos financeiros				
Libor		0,77%	0,98%	1,16%
TJLP		5,00%	6,25%	7,50%

Notas Explicativas

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

c) Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros cujos valores de mercado dessas operações ativas e passivas não diferem substancialmente daqueles reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias.

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldos de bancos, aplicações financeiras, contas a receber e contratos de empréstimos e financiamentos.

A Companhia e suas controladas têm como política, a aplicação de recursos em bancos de primeira linha, e em aplicações de curto prazo, com baixo nível de exposição a riscos e alto nível de liquidez.

A Companhia utiliza ACCs e NDFs como os principais instrumentos financeiros para proteção contra riscos relacionados a volatilidade das taxas de câmbio em decorrência das vendas de mercadorias para o mercado externo.

Parte destes instrumentos financeiros são contratados estabelecendo o montante dos recursos em dólares a ser liberado em data futura a uma taxa pré-fixada. No período compreendido entre a contratação do instrumento e a efetiva disponibilização dos recursos, a Companhia reconhece o valor de mercado destes instrumentos. Tais operações, embora sejam instrumentos contratados com finalidade de proteção, não estão registradas na forma de "hedge accounting" e, portanto, os seus efeitos estão registrados no resultado do período, nas rubricas de receitas ou despesas financeiras.

O critério de determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é baseado na utilização das curvas de mercado de cada derivativo, trazidas a valor presente, na data de apuração. Os métodos e premissas levam em conta a interpolação de curvas, como no caso do dólar, e de acordo com cada mercado onde a Companhia está exposta.

Em função da variação das taxas de mercado, esses valores poderão sofrer alterações até o vencimento ou liquidação antecipada das transações.

A Companhia não possui instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Notas Explicativas

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

d) Risco de crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores das vendas mercantis e dos serviços prestados a seus clientes.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O saldo a receber de clientes é substancialmente denominado em reais e está distribuído em diversos clientes. Para reduzir o risco de crédito, a Companhia tem feito avaliação individual para adesão de novos clientes, mas, como uma prática de mercado, só requer recebimento antecipado para clientes considerados de alto risco. Não há clientes que individualmente representem mais que 5% do total das contas a receber da Companhia em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012. A Administração monitora o risco do saldo a receber de clientes mediante o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

f) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas. A tabela abaixo demonstra os pagamentos contratuais requeridos pelos passivos financeiros da Companhia:

	Projeção incluindo juros futuros			Total
	Até um ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	66.634	51.040	869	118.544

g) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

Notas Explicativas

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

g) Gestão de capital--Continuação

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

28. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
Receitas financeiras:				
Juros recebidos	1.446	589	1.462	591
Rendimento de aplicações financeiras	6.576	8.055	7.283	8.062
Outras receitas	954	773	1.070	955
	8.976	9.417	9.815	9.608
Despesas financeiras:				
Despesas bancárias	(899)	(947)	(1.055)	(1.070)
Juros sobre financiamentos	(1.174)	(938)	(2.194)	(946)
Taxa de administração de cartão de crédito	(63)	(122)	(2.176)	(1.853)
Juros sobre atrasos	(106)	(141)	(340)	(389)
Despesas com custas cartoriais	(195)	(569)	(195)	(569)
Outras despesas	(246)	(863)	(496)	(1.037)
	(2.683)	(3.580)	(6.456)	(5.864)
Variação cambial, líquida:				
Ativa	2.816	1.043	2.515	1.066
Passiva	(3.176)	(1.356)	(3.168)	(1.615)
	(360)	(313)	(653)	(549)
Total	5.933	5.524	2.706	3.195

Notas Explicativas**29. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas**

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
Despesa com rescisão	-	(8.000)	-	(8.000)
Plano de opção de ações	(496)	-	(496)	-
Taxa de franquia	1.225	249	1.225	249
Recuperação de despesas	15	21	28	30
Resultado na alienação de imobilizado e intangível	(33)	-	(214)	871
Outras receitas	748	-	745	4
	1.459	(7.730)	1.288	(6.846)

- (i) Em 21 de janeiro de 2012, a Companhia rescindiu o contrato com a Star Export Assessoria e Exportação Ltda., que prestava serviços de assistência e assessoramento técnico para o agenciamento e fiscalização das fábricas e atelieres independentes contratados para confecção de determinados produtos. No âmbito de referida rescisão, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 8.000. Nesta mesma data, a Companhia celebrou contrato com outra empresa, de igual capacitação técnica, com a mesma natureza de serviço e com condições comerciais diferenciadas, buscando reduzir seus custos operacionais relacionados a tal prestação de serviço, com a manutenção da mesma qualidade de serviços atualmente prestados.

30. Compromissos com arrendamento operacional - locação de lojas

Em 30 de junho de 2013, a Companhia possuía contratos de locação firmados com terceiros para os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	Valor dos pagamentos mínimos em 30/06/2013 (Consolidado)
Até um ano	17.914
Acima de um ano e até cinco anos	36.619

A despesa média mensal de aluguéis pagos é de R\$ 1.946 (R\$ 1.004 em 2012). Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade entre quatro a cinco anos, sujeitos a encargos financeiros referentes a variação do IGPM ao ano, conforme especificado em cada contrato.

Notas Explicativas

30. Compromissos com arrendamento operacional - locação de lojas-- Continuação

Em 30 de junho de 2013, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, totalizaram R\$ 11.675 (R\$ 6.024 em 30 de junho de 2012). O saldo da conta "Aluguéis a pagar" é de R\$ 1.843 (R\$ 2.486 em 31 de dezembro de 2012).

Parcela substancial dos aluguéis é vinculada ao faturamento das lojas, existindo um valor mínimo previsto. Adicionalmente o período de carência contratual não é representativo para fins de atendimento à previsão de linearização das despesas.

31. Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa

Em 01 de fevereiro de 2012, a Companhia incorporou as controladas ZZAF, Allmaness, Schutz Shoes e Shoes for U (Nota 1 – Reestruturação societária).

Os saldos incorporados representam transações que não envolvem caixa e estão assim representados:

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u> <u>01/02/2012</u>
Ativo	
Aplicações financeiras	125
Contas a receber	577
Estoques	3.343
Impostos a recuperar	623
Outros valores a receber	111
Partes relacionadas	122
Imobilizado líquido	731
Intangível	7
Passivo	
Fornecedores	246
Obrigações fiscais e sociais	26
Obrigações trabalhistas	348
Outras contas a pagar	40
Partes relacionadas	507
Provisões para Riscos	104

Notas Explicativas

32. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país, e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 30 de junho de 2013, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para estoques, por valores considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas, assim demonstradas:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura R\$
Estoques e imobilizado	Incêndio	113.686
	Responsabilidade civil	10.000

33. Plano de opção de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de maio de 2012, os acionistas da Companhia aprovaram um Plano de Opções de ações para administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle, que passou a vigorar a partir da mesma data. O Plano de Opções é administrado pelo Conselho de Administração, que poderá ao seu critério instituir um Comitê para a gestão do Plano de Opções.

O Plano de Opções está limitado a um máximo de opções que resulte em uma diluição de 5% do capital social da Companhia. A diluição corresponde ao percentual representado pela quantidade máxima de ações que lastreiam as opções pela quantidade total de ações de emissão da Companhia.

Em 28 de maio de 2012, o Conselho de Administração aprovou a primeira outorga de opções no âmbito do Plano de Opções. O total de opções objeto da primeira outorga do Plano de Opções é de 386.404 opções, sendo 68.231 opções do Lote I e 318.173 opções do Lote II. Em 27 de maio de 2013, o Conselho de Administração aprovou a segunda outorga de opções no âmbito do Plano de Opções. O total de opções objeto da segunda outorga do Plano de Opções é de 686.901 opções, sendo 25.757 opções do Lote I e 661.144 opções do Lote II.

O Plano de Opções prevê que as opções do Lote I outorgadas aos participantes do Plano de Opção: (i) tornar-se-ão exercíveis no dia útil subsequente à respectiva data de outorga; (ii) poderão ser exercidas dentro do período de 30 dias, contados da data em que se tornarem exercíveis; e (iii) as ações decorrentes do seu exercício não poderão ser negociadas durante o período de vedação à negociação de 3 anos, a contar da data de exercício. Se, antes do término do período de vedação à negociação acima mencionado, o participante se desligar da Companhia por vontade própria pedindo demissão do seu emprego, renunciando ao seu cargo de administrador, ou rescindindo seu contrato de prestação de serviço, ou por vontade da Companhia, mediante demissão por justa causa, destituição do cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, ou rescindindo contrato de prestação de serviço, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, recomprar as ações restritas pelo preço de exercício pago pelo participante para aquisição das ações restritas.

Notas Explicativas

33. Plano de opção de ações--Continuação

Por sua vez, os participantes do Plano de Opções poderão exercer suas opções do Lote II dentro do período de até 3 anos contados da data em que se tornarem exercíveis. O período de carência (vesting) será de até 3 anos para cada liberação que ocorrerá na seguinte proporção: 25% a partir do primeiro aniversário da respectiva data de outorga, 25% a partir do segundo aniversário da respectiva data de outorga e 50% a partir do terceiro aniversário da respectiva data de outorga.

1ª Outorga – junho de 2012:

Em 11 e 13 de junho de 2012, a Companhia entregou aos participantes o Instrumento Particular de Outorga com os termos e condições do Plano de Opções. Este instrumento deveria ser assinado e retornado para a Companhia dentro de um prazo de 30 dias, juntamente com a notificação de exercício do Lote I e o comprovante de transferência dos recursos relativo ao exercício da opção do Lote I, quando aplicável. Caso um destes eventos não fosse concretizado dentro do prazo estabelecido, o participante estaria inelegível ao plano.

O preço de exercício do Plano de Opções está fixado em R\$ 20,856948048 por ação, equivalentes à média das 90 cotações de fechamento da ação da Companhia na BM&F Bovespa, que antecederam a aprovação da outorga, com um deságio de 30%.

Em julho de 2012 ocorreu a perfectibilização da adesão ao Plano de Opções, com todas as condições iniciais realizadas, manifestação expressa por parte dos participantes elegíveis através da formalização dos Instrumentos de Outorga e, quando aplicável, da notificação de exercício do Lote I e a correspondente transferência dos recursos, resultando na seguinte composição para o Plano de Opções considerando os prazos de carência para o exercício das opções.

2ª Outorga – junho de 2013:

Em 11 de junho de 2013, a Companhia entregou aos participantes o Instrumento Particular de Outorga com os termos e condições do Plano de Opções. Este instrumento deveria ser assinado e retornado para a Companhia dentro de um prazo de 30 dias, juntamente com a notificação de exercício do Lote I e o comprovante de transferência dos recursos relativo ao exercício da opção do Lote I, quando aplicável. Caso um destes eventos não fosse concretizado dentro do prazo estabelecido, o participante estaria inelegível ao plano.

O preço de exercício do Plano de Opções está fixado em R\$ 27,613453786 por ação, equivalentes à média das 90 cotações de fechamento da ação da Companhia na BM&F Bovespa, que antecederam a aprovação da outorga, com um deságio de 30%.

Notas Explicativas

33. Plano de opção de ações--Continuação

Em julho de 2013 ocorreu a perfectibilização da adesão ao Plano de Opções, com todas as condições iniciais realizadas, manifestação expressa por parte dos participantes elegíveis através da formalização dos Instrumentos de Outorga e, quando aplicável, da notificação de exercício do Lote I e a correspondente transferência dos recursos, resultando na seguinte composição para o Plano de Opções considerando os prazos de carência para o exercício das opções.

Prazo de carência a partir da outorga	Quantidade máxima de ações	
	1ª Outorga	2ª Outorga
Até 30 dias da data da outorga	45.059	22.538
A partir do primeiro aniversário	54.731	158.228
A partir do segundo aniversário	54.731	158.228
A partir do terceiro aniversário	109.462	316.456
Total	263.983	655.450

Em atendimento ao IFRS 2/ CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das opções. O valor foi calculado tomando-se por base os prazos de carência apresentados. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, a Companhia apurou o montante de R\$ 835 (R\$ 107 em 30 de junho de 2012) referente a despesa do plano de opções reconhecida no resultado com contrapartida do patrimônio líquido em conta específica de reserva de capital. O modelo utilizado para precificação do valor justo das opções da outorga de 2012 foi o método Black & Scholes, enquanto para a outorga de 2013, a Administração definiu pela utilização do modelo Binomial. Na determinação do valor justo das opções das ações, foram utilizadas as premissas abaixo:

Notas Explicativas

33. Plano de opção de ações--Continuação

Lote	1ª Outorga Junho/2012		2ª Outorga Junho/2013	
	I	II	I	II
Quantidade de ações				
1º Vencimento	68.231	79.543	25.757	165.286
2º Vencimento	N/A	79.543	N/A	165.286
3º Vencimento	N/A	159.087	N/A	330.572
Preço de exercício – (R\$)	20,86	20,86	27,61	27,61
Valor justo por opção – (R\$)				
1º Vencimento	6,66	9,05	7,36	13,82
2º Vencimento	N/A	11,33	N/A	16,37
3º Vencimento	N/A	13,32	N/A	16,72
Dividendos esperados ("Dividend yield")	-	-	4,85%	4,85%
Volatilidade do preço da ação	40,36%	40,36%	36,29%	41,18%
Taxa de juro livre de risco				
1º Vencimento	8,50%	7,81%	7,86%	10,47%
2º Vencimento	N/A	8,59%	N/A	10,60%
3º Vencimento	N/A	9,35%	N/A	10,69%
Período esperado até o vencimento – (dias corridos)				
1º Vencimento	30	365	30	365
2º Vencimento	N/A	730	N/A	730
3º Vencimento	N/A	1.095	N/A	1.095

34. Subvenções Governamentais

Crédito presumido de ICMS

O governo do Estado do Rio Grande do Sul, através do Decreto 50.066, publicado em 14 de fevereiro de 2013, altera a concessão da desoneração tributária com crédito presumido no período de 1º de fevereiro a 31 de maio de 2013, aos estabelecimentos fabricantes de calçados ou de artefatos de couro nas saídas interestaduais decorrentes de vendas, de produção própria, em montante igual ao que resultar da aplicação, sobre o valor do ICMS devido na operação. Em 29 de maio de 2013, O governo do Estado do Rio Grande do Sul prorrogou o prazo até 31 de agosto de 2013.

A Companhia, através da sua controladora, firmou em 27 de fevereiro de 2013 com o governo do Estado do Rio Grande do Sul, termo de acordo para concessão de benefício fiscal relativo ao ICMS.

O benefício fiscal usufruído até 30 de junho de 2013 foi de R\$ 5.905. Este montante foi registrado no resultado do período, reduzindo as despesas relacionadas de impostos sobre vendas, conforme disposto o CPC 07 (IAS 20) – Subvenção e Assistência Governamentais.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Arezzo Indústria e Comércio S.A.
Belo Horizonte – MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Arezzo Indústria e Comércio S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 30 de julho de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6/F/MG

Américo F. Ferreira Neto Guilherme Ghidini Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9 Contador CRC RS-067795/O-5